

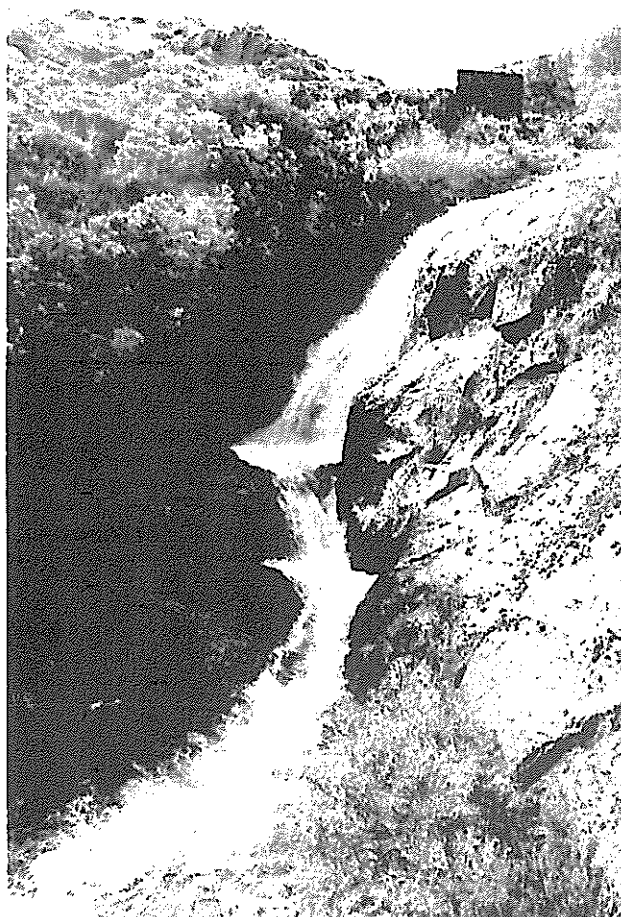
PLANO ESTRATÉGICO

Vale do Ave

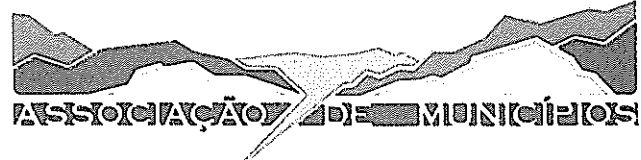
09567

ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS

PLANO ESTRATÉGICO DO VALE DO AVE



V A L E • D O • A V E
ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS

A stylized graphic element consisting of a series of jagged, dark shapes representing mountains. A light-colored, winding line representing a river or path flows through the center of the mountain range, starting from the left and ending on the right. The graphic is positioned below the text 'V A L E • D O • A V E' and above the text 'ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS'.

NOTA DE ABERTURA

A identidade física, geográfica, demográfica, sócio-económica e cultural do Vale do Ave define-o claramente como uma Sub-Região.

E, assim, as linhas estruturantes e os objectivos estratégicos desta Sub-Região não se podiam resumir ao somatório das análises e propostas dos Planos Directores Municipais, por mais correctos que eles o sejam.

A coerência de uma acção global, que atendesse ao conjunto articulado de iniciativas municipais e supra-municipais, envolvendo, necessariamente, fatias importantes dos orçamentos das autarquias, que respeitasse aptidões e recursos específicos, que atendesse, dentro das homogeneias, às próprias diversidades, tinha de ser corporizado num estudo de âmbito mais vasto...

É esse resultado que se coloca à apreciação, e para o qual não foram despiciendas, além de outros, os valiosos contributos científicos, que foram produzidos no I Congresso do Vale do Ave.

A grande vantagem destes estudos, além do seu inquestionável rigor científico, é o enunciar propostas concretas a incluir no próximo Quadro Comunitário de Apoio.

Temos para nós, Associação de Municípios do Vale do Ave, que esta estratégia, cada vez mais afinada, permite a todos os protagonistas o acesso a fontes de informação, a definição de prioridades e estabelecerá um consenso sobre o quadro de decisões.

Por outro lado, no âmbito do Conselho do Plano Estratégico do Vale do Ave, serão criadas condições para o funcionamento de um Fórum de análise de reflexão e de parceria para a concretização dos grandes objectivos de desenvolvimento que se colocam à Região, até ao fim deste Século.

Neste contexto, enquanto Presidente do Conselho de Administração da Associação de Municípios do Vale do Ave, gostaria de transmitir a seguinte mensagem:

Que estes estudos sejam considerados uma etapa referencial, não só de reflexão, mas principalmente de acção.

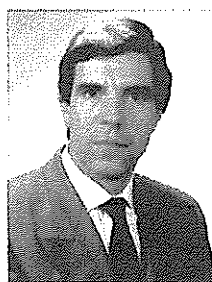
Para que, num trabalho organizado e coerente, e em união de esforços de todas as Entidades com responsabilidades no processo do desenvolvimento, se possam operar as transformações necessárias que permitam ao Vale do Ave poder emparceirar ao lado das Regiões mais desenvolvidas da Europa Comunitária.

Guimarães, 30 de Junho de 1993.

O Presidente

Dr. António Magalhães

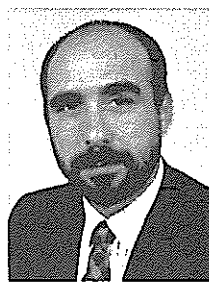
**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
DA ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO VALE DO AVE**



António Magalhães
C. M. de Guimarães
Presidente do C.A.



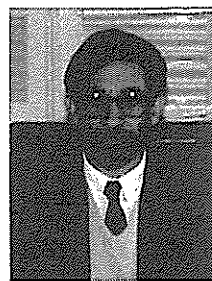
Agostinho Fernandes
C. M. de V. N. Fomalição
Administrador



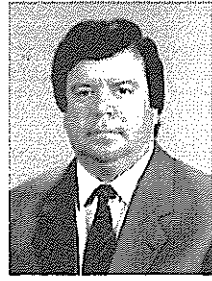
Joaquim Couto
C. M. de Santo Tirso
Administrador



Percídio Summavielle
Câmara Municipal de Fafe
Administrador



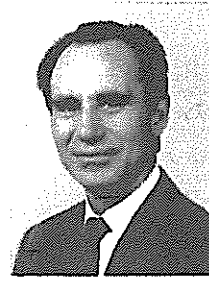
Manuel Trovesa de Matos
C. M. de Vieira do Minho
Administrador



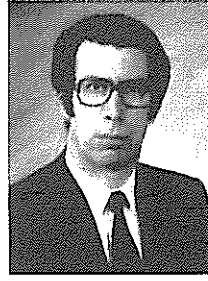
José Luís Portela
C. M. de Póvoa do Lanhoso
Administrador



Mário de Almeida
C. M. de Vila do Conde
Administrador



Manuel Vaz
C. M. de Póvoa do Varzim
Administrador



Manuel Ferreira
Administrador Delegado

Esta publicação apresenta em síntese o relatório final do Estudo Estratégico do Vale do Ave, elaborado em subordinação ao corpo de objectivos que foi oportunamente acordado entre a AMAVE e a equipa responsável pela elaboração do estudo.

Os **objectivos** são os seguintes:

- Dotar a AMAVE com um documento estratégico nos domínios económico e social, das infra-estruturas de transporte e dos equipamentos, do ambiente, da habitação e dos recursos humanos, que constitua um elemento orientador da sua intervenção, tanto ao nível de acções de desenvolvimento a promover directamente na sua área de competência como ao nível da negociação de programas e projectos junto de outras instituições privadas e públicas e, nomeadamente, da Administração Central.

- Dotar a AMAVE com um programa, que seja pertinente face à realidade da região e coerente com o corpo de objectivos estabelecidos, que reúna as condições necessárias para ser apresentado em candidatura aos Programas Operacionais que vierem a ser estabelecidos no âmbito do Q.C.A., para o período 1994-1999.

- Identificar novos domínios e formas de intervenção da AMAVE.

A **metodologia** adoptada na realização do presente estudo decorre do quadro de objectivos estabelecidos e organizou-se em concordância com o seguinte conjunto de orientações:

- estudo estratégico – o estudo partiu da identificação, recolha e articulação de um conjunto de informação e de estudos já realizados sobre a área em análise, incorporou os resultados de trabalhos de recolha no terreno de forma a actualizar informação referente às dinâmicas sectoriais mais recentes e estabeleceu, em conformidade com os resultados da análise, um corpo de objectivos estratégicos e de propostas de acção dirigidos à qualificação do Vale do Ave enquanto espaço sócio-económico coerente, vitalizado e atractivo.

- leitura da realidade sócio-económica do Ave segundo uma perspectiva matricial que favoreceu a articulação entre a abordagem sectorial e a abordagem espacial.

- consideração da diversidade de situações existentes na área em estudo (municípios a montante de dominante rural; núcleo duro do Ave cuja problemática está intimamente associada à evolução das indústrias Textil, do Vestuário e do



Calçado (ITVC); municípios de juzante que apesar de manterem ligações aos restantes se inscrevem, maioritariamente, numa lógica de funcionamento Norte-Sul ditada pela sua maior relação funcional com a Área Metropolitana do Porto) sem contudo deixar de privilegiar quer na análise mas sobretudo ao nível das propostas, orientações e acções que favoreçam o reforço de complementaridades e de relações funcionais entre os municípios do Ave.

• estudo aberto e participativo – constituiu uma preocupação permanente do estudo a criação de espaços de reflexão, de debate e de recolha de sugestões junto dos principais actores locais.

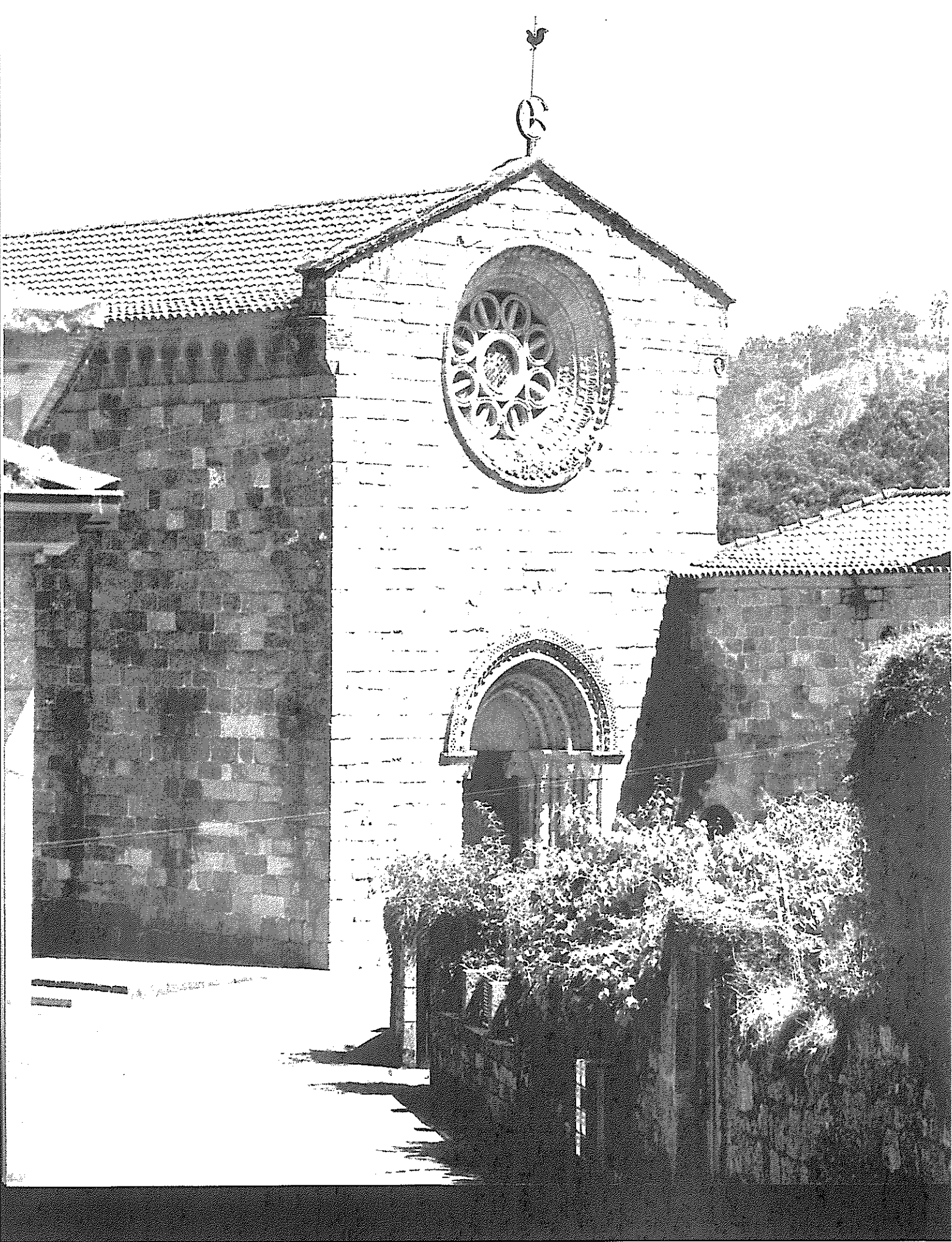
Nesta perspectiva o estudo assumiu-se também como um espaço de concertação entre as várias partes envolvidas na temática em análise.

Ao longo do estudo foram produzidos os seguintes documentos intercalares:

- Relatório Intermédio do estudo – Setembro de 1992
- Exposição sobre o Vale do Ave
- Conclusões do 1º Congresso do Vale do Ave – Setembro de 1992
- Objectivos e Projectos de Desenvolvimento do Vale do Ave (intenções de candidatura ao 2º Q.C.A.) – Novembro de 1992
- Fichas de projecto – Fevereiro de 1993



O estudo, da responsabilidade técnica da **Quaternaire Portugal** foi confiado a uma equipa pluridisciplinar com a seguinte composição: **Coordenação Global do Projecto:** Rui Azevedo • **Equipa Técnica:** Álvaro Domingues, António Babo, António Figueiredo, Clara Correia, Elisa Babo, Guilherme Costa (Universidade Católica), Lurdes Cunha, Matos Fernandes, Paula Pinto, Paulo Pinho, Rodrigo Meireles, Teresa Sá Marques • **Secretariado e Dactilografia:** Alexandra Ferreira, Isabel Antunes.



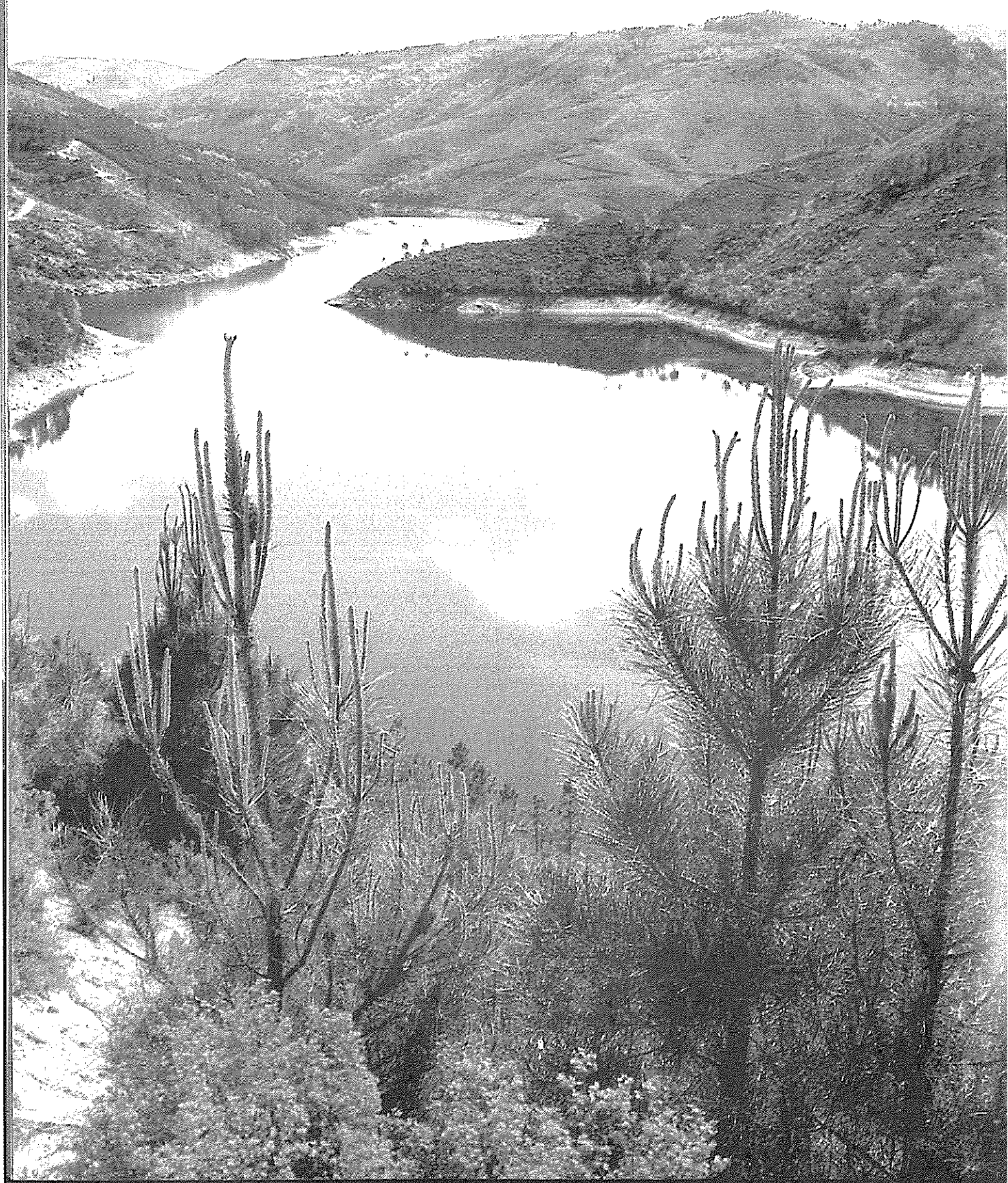
I N D I C E

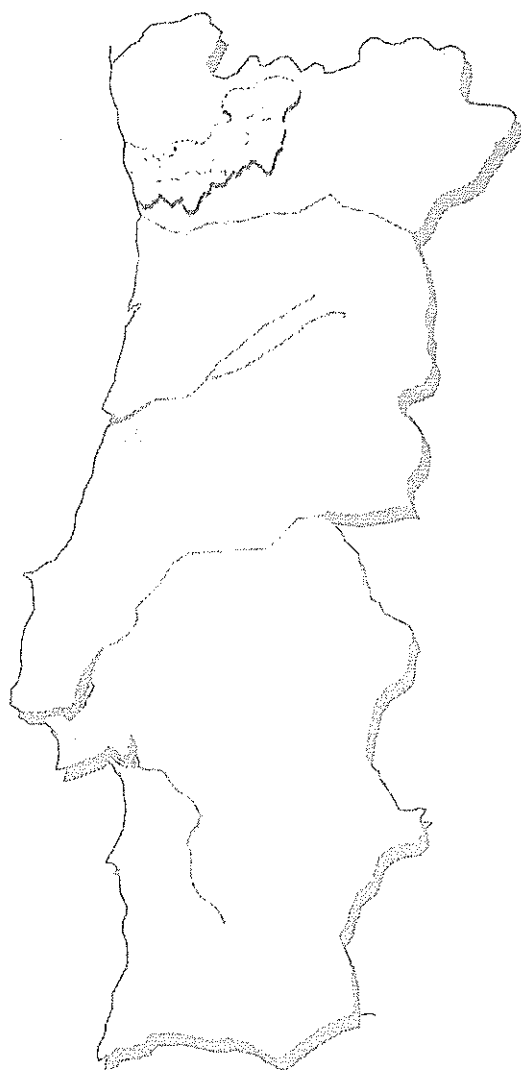
1.00 VALH DO AVE - APRESENTAÇÃO

2.00 DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO

3.00 ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO
PARA O PERÍODO 1990/1995

4.00 SÍNTESE-ESTRUTURA DE OBJECTIVOS





PÓVOA DO VARZIM

VILA DO CONDE

VILA NOVA DE FAMALICÃO

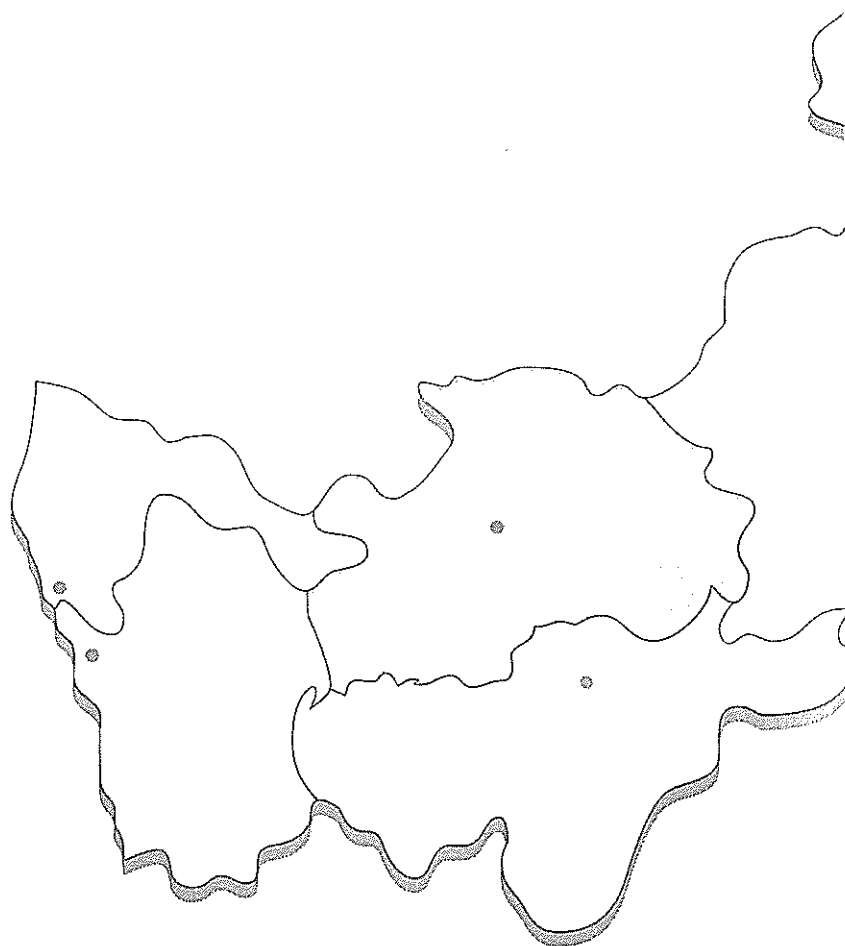
SANTO TIRSO

GUIMARÃES

FAFE

PÓVOA DO LANHOSO

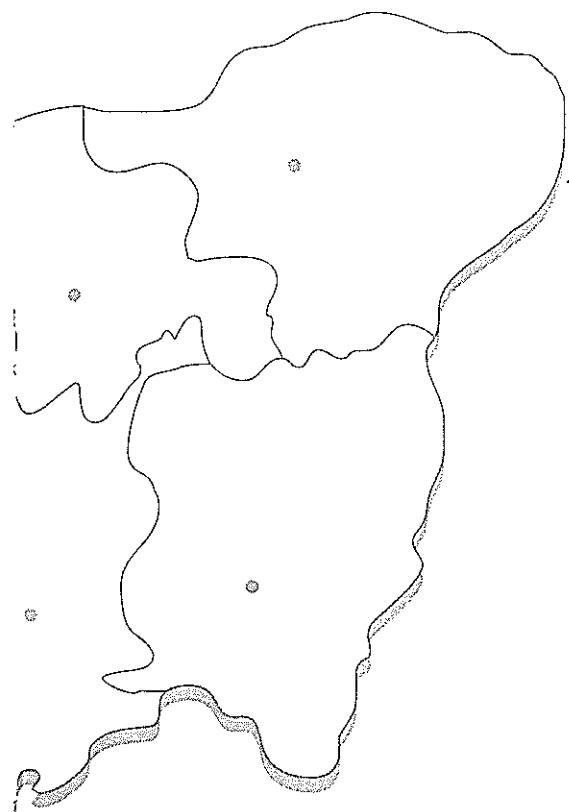
VIEIRA DO MINHO



Composta por oito municípios, Fafe, Guimarães, Póvoa do Lanhoso, Póvoa do Varzim, Santo Tirso, Vieira do Minho, Vila do Conde e Vila Nova de Famalicão, a AMAVE, Associação de Municípios do Vale do Ave, compreende uma área total de 3190 Km² e uma população de 575 mil habitantes. A sua densidade é de 180 hab/Km², valor superior à densidade média da Região do Norte.

Os dois concelhos litorais, Póvoa do Varzim e Vila do Conde estão integrados na Área Metropolitana do Porto, constituindo os seis restantes a NUT III Ave.

O seu modelo territorial caracteriza-se fundamentalmente pela dispersão da habitação e do emprego, localizando-se estes ao longo das vias de comunicação e dos cursos de água, com concentrações nas sedes de concelho e noutros pólos urbanos de recente crescimento.



INDICADORES	AMAVE	REGIÃO NORTE
SUPERFÍCIE (km ²)	1.469	21.290
MUNICÍPIOS	8	84
FREGUESIAS	282	2.021
ÁREA FREGUESIAS (km ²)	5,2	10,5
POPULAÇÃO		
População em 81	550.450	3.410.099
População em 91	579.297	3.472.939
Variação Relativa (%)	5,24	1,84
DENSIDADE (hab/km ²)	394	163
POP. GRUPOS ETÁRIOS (%)		
0 - 14	23,8	22,1
15 - 24	19,2	18,0
25 - 64	47,8	48,4
65 e +	9,2	11,5
ALOJAMENTOS	196.207	1.284.222
Residência habitual	152.457	984.344
c/ electricidade	129.916	839.054

FONTE: INE, CENSO 91

Sendo visíveis os laços culturais e económicos que unem estes oito concelhos, é patente a heterogeneidade entre eles. O Vale do Ave é um espaço diversificado, no qual se colocam três problemáticas distintas de desenvolvimento:

- uma associada à área composta pelos municípios a montante, Póvoa do Lanhoso e Vieira do Minho e parte do concelho de Fafe, em que a problemática é a do desenvolvimento rural;

- outra correspondente à área dos municípios de Guimarães, Santo Tirso, Vila Nova de Famalicão e parte ocidental de Fafe, cuja problemática está associada à modernização da indústria têxtil do vestuário e confecção, e à diversificação do tecido produtivo;

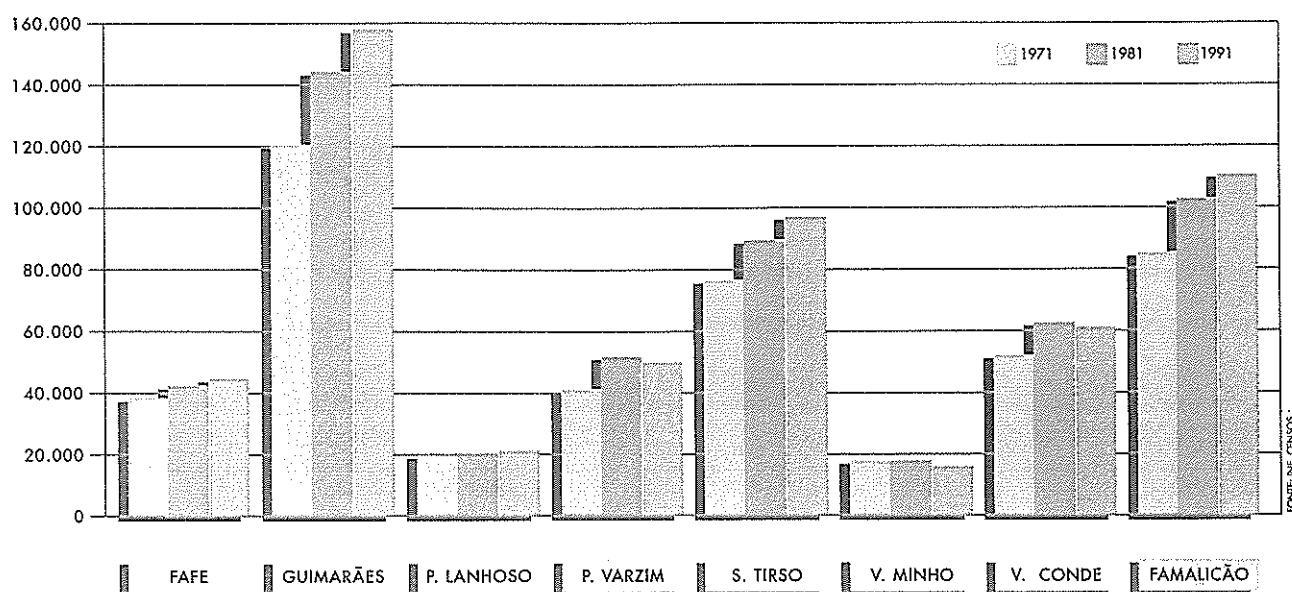
- finalmente uma terceira em que os municípios de Póvoa do Varzim e Vila do Conde, além das afinidades que mantem com os do núcleo duro do Ave (em matérias como a despoluição do Ave; os problemas da indústria têxtil e vestuário; a complementaridade em matéria de produtos turísticos) apresentam uma cada vez maior aproximação à Área Metropolitana do Porto (AMP), pelo seu posicionamento no eixo Norte-Sul que liga a AMP à Galiza.

Estas diferenças são bem expressas na análise de alguns indicadores, como sejam a evolução populacional e a repartição da população activa por sector de actividade.

Na última década, os concelhos de Fafe, Guimarães, Santo Tirso e Vila Nova de Famalicão tiveram um crescimento demográfico superior a 4%, enquanto os restantes, com excepção da Póvoa do Lanhoso, viram a sua população diminuir

Em relação à distribuição do emprego por sector de actividade, o factor mais significativo prende-se com a grande concentração no sector secundário, ao qual pertencem mais de 70% dos activos dos concelhos





População em 1970, 1981 e 1991: Guimarães, Santo Tirso e V. N. de Famalicão são os concelhos que apresentam um maior crescimento populacional.

de Guimarães, Santo Tirso e Vila Nova de Famalicão. Nos concelhos mais interiores, com destaque para Vieira do Minho, a actividade agrícola tem um peso significativo. Póvoa do Varzim é o único município em que o emprego no sector terciário ultrapassa os 30%.

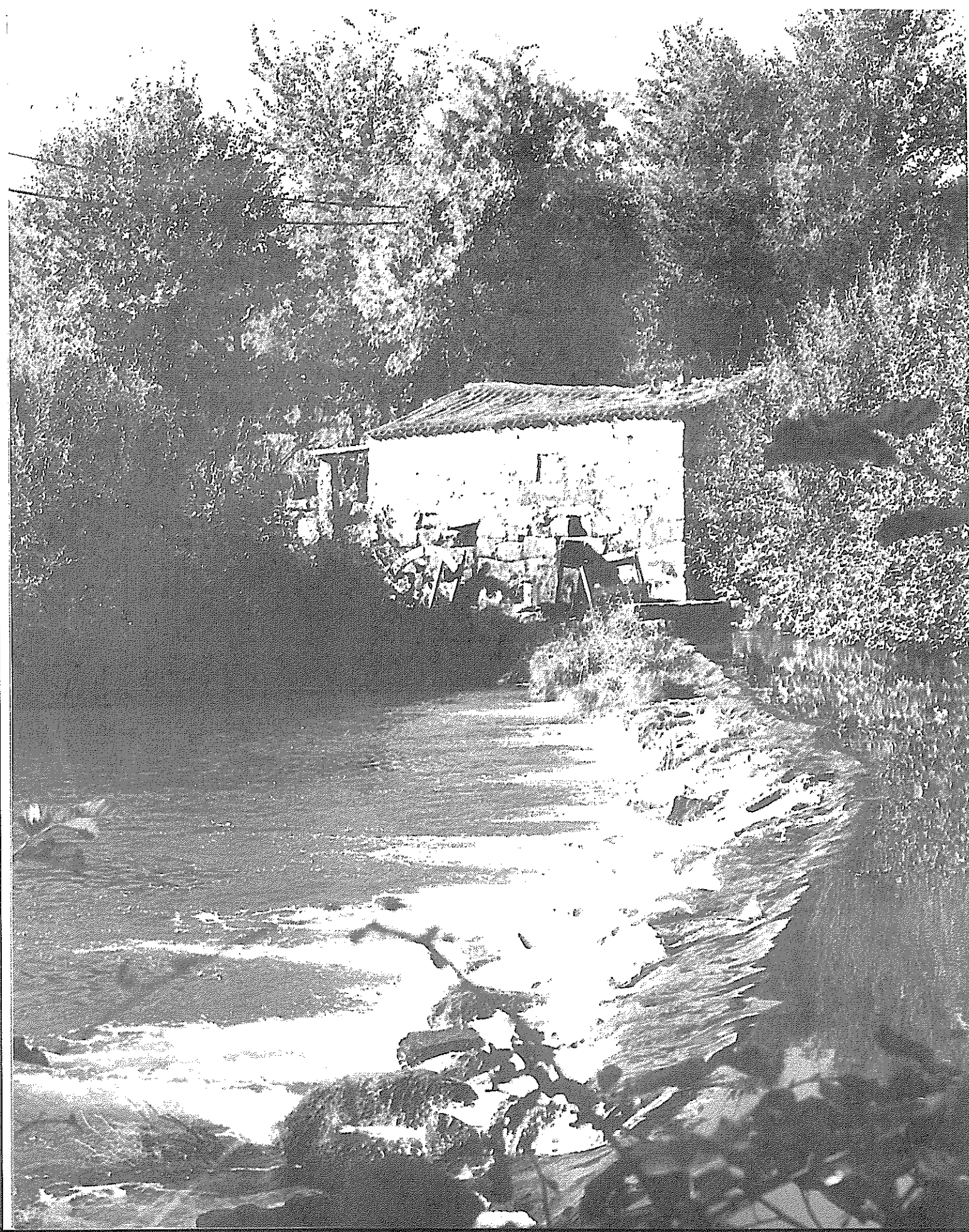
17

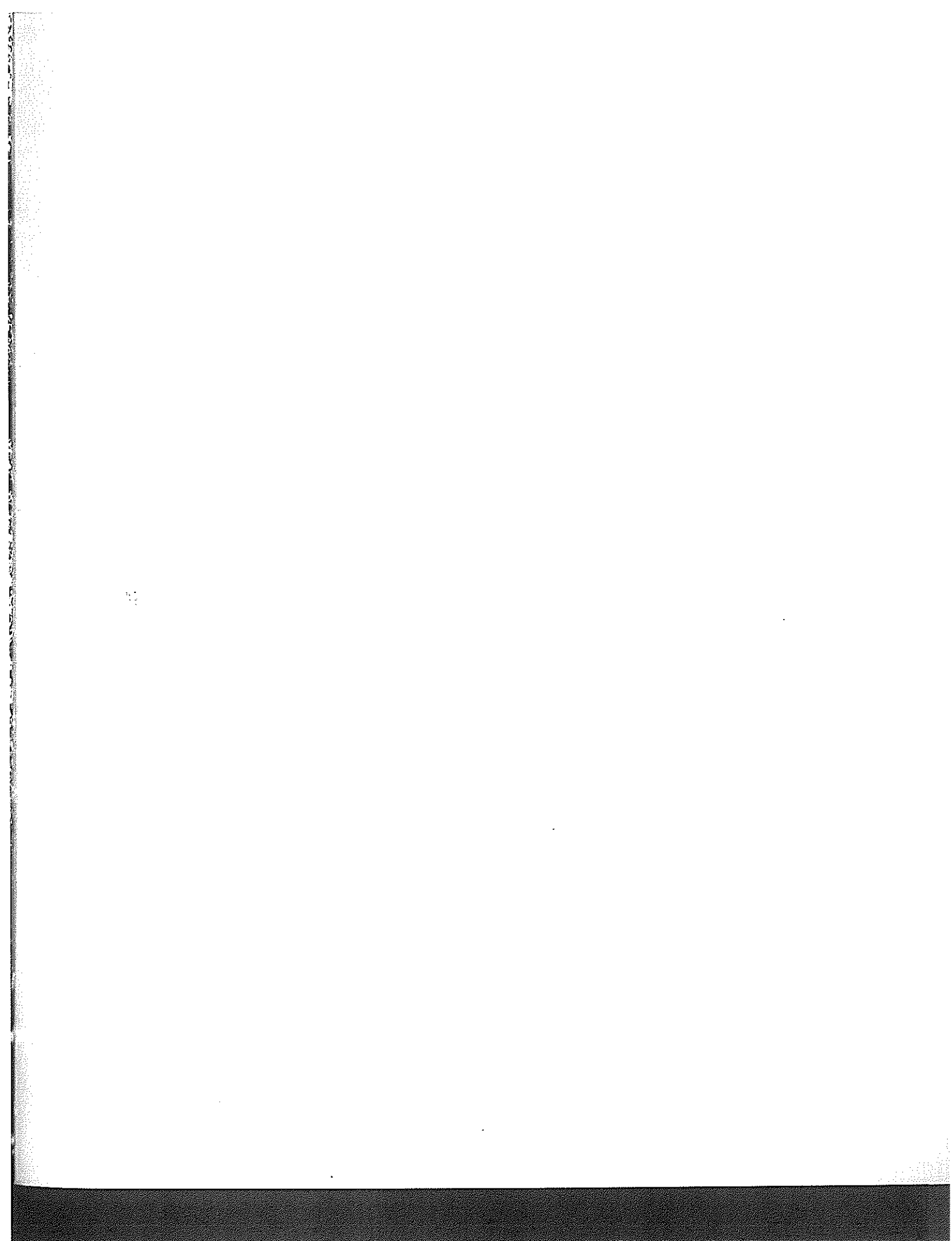


CONCELHOS	EMPREGO POR SECTOR DE ACTIVIDADE (%)		
	PRIMÁRIO	SECUNDÁRIO	TERCIÁRIO
Fafe	22.2	56.4	21.4
Guimarães	7.7	72.2	20.2
Póvoa do Lanhoso	30.7	47.3	22.1
Póvoa do Varzim	26.2	42.2	31.5
Santo Tirso	5.6	75.5	18.9
Vieira do Minho	50.0	28.4	21.7
Vila do Conde	17.9	59.7	22.4
V. N. Famalicão	5.4	75.4	19.2

FONTE: INE, CENSO, 1981

Sectores de actividade: Mais de 70% do emprego de Guimarães, S. Tirso e Famalicão pertence ao sector secundário. Vieira do Minho tem metade dos activos afectos ao sector primário.







Apresentam-se de seguida e em síntese, as principais conclusões alcançadas por cada um dos estudos temáticos realizados. A inclusão deste ponto numa publicação referente à estratégia justifica-se na medida em que permite situar, para todos os sectores objecto do estudo, os principais problemas e potencialidades respectivos bem como as dinâmicas recentes. Este ponto constitui assim um elemento de suporte à formulação de estratégia, aspecto tratado no capítulo seguinte, no âmbito do qual os objectivos sectoriais são devidamente sistematizados e enquadrados por outros de natureza mais global e integradora segundo uma perspectiva de desenvolvimento territorial.

O aprofundamento dos domínios sectoriais que constituem o objecto do presente estudo não dispensa a análise dos relatórios temáticos respectivos.

A análise de situação do Vale do Ave e a sua evolução recente, permite evidenciar o conjunto de aspectos característicos, seguidamente descritos, desagregados de acordo com os diversos domínios do estudo.



Indústria

« O Vale do Ave apresenta uma situação de grande diversidade em matéria de actividade económica. Paralelamente a uma zona de grande tradição e densidade industrial constituída pelos municípios de Guimarães, Santo Tirso e Vila Nova de Famalicão e, parcialmente pelo município de Fafe, coexiste uma outra zona constituída fundamentalmente pelos municípios de Póvoa de Lanhoso, Vieira do Minho e parte do concelho de Fafe de dominante rural, em que o sector industrial tem uma representatividade mínima.

Mantém-se o predomínio das Indústrias Têxteis, Vestuário e Calçado (ITVC) relativamente aos restantes sectores industriais, não se registando evolução significativa no período compreendido entre 1988 e 1992. Esta situação é bem expressa pelos valores assumidos pelos indicadores referentes ao emprego, ao volume de negócios, à FBCF, ao investimento apoiado no âmbito dos sistemas de incentivos SIBR e SINPEDIP II.

Registam-se, no entanto, evoluções diferenciadas no peso relativo de cada um dos sub-sectores que compõem as ITVC. O decréscimo da importância do sub-

22

SECTORES	EMPRESAS		EMPREGO		VOLUME DE NEGÓCIOS	
	N.º	%	N.º	%	CONTOS	%
Indústrias da Alimentação, Bebidas e Tabaco	223	5,12	3573	2,58	40.073.121	7,15
Indústrias Têxteis, do Vestuário e do Couro	2837	65,10	115211	83,30	443.514.032	79,10
Indústrias da Madeira e Cortiça	354	8,13	2257	1,63	5.569.855	0,99
Indústrias do Papel e Artes Gráficas	95	2,18	1045	0,76	3.895.395	0,69
Indústrias Químicas, da Borracha e Plásticos	60	1,38	1998	1,45	9.396.707	1,68
Indústrias de Produtos Minerais não Metálicos	120	2,75	1167	0,84	5.574.990	0,99
Indústrias Metalúrgicas de Base	31	0,71	788	0,57	1.966.665	0,35
Fab. de Produtos Metálicos e Máquinas	553	12,70	10781	7,80	45.536.164	8,12
Outras Indústrias Transformadoras	83	1,91	1429	1,03	5.327.458	0,95
TOTAIS	4356	100,00	138249	100,00	560.854.387	100,00

FONTE: INE, 1989

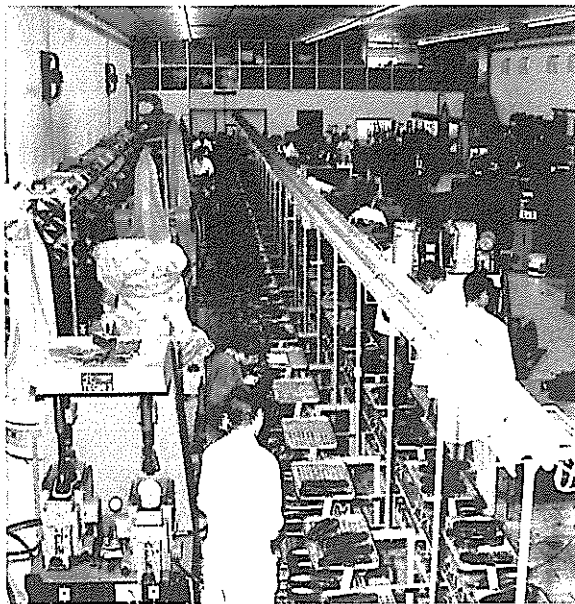
Estrutura Sectorial: A indústria Têxtil-Vestuário-Calçado detém mais de 80% do emprego industrial do Vale do Ave.

-sector têxtil é de algum modo compensado pelas evoluções positivas verificadas pelos sub-sectores do vestuário e do calçado que conhecem um aumento da sua importância no decurso da última década.

Assinala-se, do mesmo modo, a reduzida dinâmica de diversificação ocorrida no Vale do Ave no período em análise. Do conjunto de sectores industriais que nos estudos preparatórios da OI.D do Ave eram apontados como potenciais pólos de diversificação e daqueles que em 1991 representavam mais de 1% do emprego industrial, surgem como sectores com uma dinâmica positiva (reforço do seu peso rela-

tivo em matéria de emprego) os de fabricação de produtos metálicos, máquinas eléctricas e electrónicas e outras indústrias transformadoras. No entanto, e em qualquer dos casos, as suas expressões são ainda reduzidas (não ultrapassa 3% do emprego industrial em 1991), ocupando portanto uma posição relativamente marginal.

- Verifica-se o agudizar da situação económica e financeira de empresas pertencentes aos sectores dominantes, particularmente do sector têxtil, dificuldades expressas quer pelo aumento do número de despedimentos, quer pelo encerramento de unidades, quer ainda pela dificuldade crescente em responder a compro-



SECTORES	AMAVE (%)
Ind. Alimentação, Bebidas e Tabaco	7,05
Ind. Têxteis, do Vestuário e do Couro	51,31
Ind. da Madeira e Cortiça	3,68
Ind. do Papel e Artes gráficas	0,33
Ind. Químicas, da Borracha e plásticos	4,94
Ind. de Produtos minerais não metálicos	0,37
Ind. Metalúrgicas de Base	1,03
Fab. de Produtos Metálicos e Máquinas	1,81
Outras Indústrias Transformadoras	5,24

23

FONTE: INE, 1989

Peso relativo dos Concelhos da AMAVE no investimento industrial Nacional. O investimento industrial continua a ser feito predominantemente nos sectores tradicionais.

missos financeiros assumidos junto de instituições de crédito. Esta situação de dificuldade é particularmente sentida por sectores e empresas de vocação exportadora em virtude dos efeitos das políticas cambial e monetária.

- A dificuldade em atrair e fixar na região grandes projectos de investimento de base exógena que favoreçam quer a diversificação do tecido produtivo quer a criação de novos empregos, situação aliás recentemente documentada com algumas intenções de investimento estrangeiro que, ao que tudo indica, acabarão por se localizar em locais exteriores à região.

- A debilidade da envolvente à actividade industrial, particularmente de serviços de apoio às empresas, infra-estruturas tecnológicas, etc., que, conforme se verá posteriormente na síntese referente ao tema «serviços de apoio à actividade produtiva» conheceram, no passado recente uma evolução muito tímida, particularmente os promovidos pela iniciativa privada.

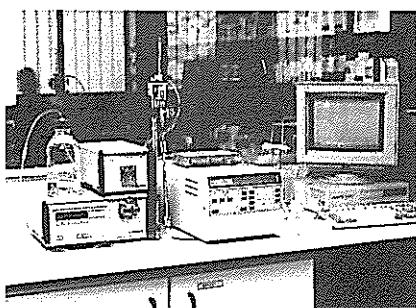
- A persistência de recursos humanos com baixos níveis de escolarização e de formação profissional a que acresce a reduzida expressão e impacte da formação profissional realizada no Vale do Ave, ao longo dos últimos anos, conforme é apresentado no relatório parcelar respectivo.

Serviços de apoio à actividade produtiva

- Reduzido peso do sector terciário e dentro deste, dos serviços de apoio à actividade produtiva no conjunto dos sectores de actividade presentes na região. O crescimento registado nos últimos anos é sobretudo assegurado pelos serviços associados ao consumo final, público e privado. A situação de debilidade do conjunto de serviços à actividade produtiva já identificada nos estudos preparatórios da OI.D mantém-se, continuando válidos os factores bloqueadores ao desenvolvimento deste sector de actividade então evidenciados: mono-especialização; processos de produção trabalho-intensivos; carácter extensivo de crescimento mais dependente do acréscimo de mão de obra do que da produtividade; fragilidade dos modelos de gestão e das estruturas organizativas das PME's; excessiva dependência dos mecanismos externos dos mercados de máquinas, matérias primas e produtos finais.

- Os serviços internalizados pelas próprias empresas incidem, sobretudo, em actividades sem importância estratégica, nomeadamente associados às funções de segurança, limpeza, manutenção de instalações, transporte. Por outro lado os serviços com exigência de perfis profissionais de nível superior (informação; organização; recursos humanos; comercialização...) continuam claramente sub-representados.





• Dinâmica privada de oferta de serviços especializados no Vale do Ave segundo um perfil dominado pelas actividades de comercialização a montante da produção (comércio de máquinas e equipamentos, comércio de produtos e serviços técnicos relacionados com a construção civil) enquanto as actividades convencionais de serviços ligadas directamente às áreas organizativas das empresas estão sobretudo representadas pela proliferação de escritórios de contabilidade. É no entanto de evidenciar o papel importante que desempenham os serviços de comercialização de máquinas e equipamentos na difusão das inovações tecnológicas e na transferência de tecnologia.

• Existência de algumas dinâmicas recentes em matéria de serviços às empresas estruturadas no âmbito da fileira têxtil que vêm registando, ao longo dos últimos anos, tendência para a progressiva diversificação e especialização. Evidenciam-se, enquanto sub-setores representativos destas dinâmicas e enquanto elemento de sistematização e de modernização do sistema produtivo têxtil do Ave o aparecimento de iniciativas recentes associadas às actividades de trading (elemento de flexibilização, de aumento da fluidez de relacionamento e da adaptabilidade do sistema produtivo ao mercado internacional), de comercialização de máquinas (elemento de difusão de informação e de transferência tecnológica) de serviços especializados de CAD e de fotogravura (que permitem ultrapassar limitações de escala de PME's da região).

• A dinâmica institucional da oferta de serviços era reconhecida nos estudos preparatórios da OID como um meio de aumentar a capacidade de fixação local de «formações terciárias superiores de apoio à actividade produtiva». Neste sentido previa-se, então, o lançamento de um conjunto de projectos de iniciativa institucional, pública e privada, alguns dos quais vieram a ser concretizados entre os anos de 1988 e 1992. Destacam-se nomeadamente os seguintes: CITEVE (Centro Tecnológico das Indústrias Têxtil e do Vestuário); CIDE (Centro de Informação e Dinamização Empresarial); TECMINHO (Associação Universidade Empresa para o Desenvolvimento); IDITE Minho (Instituto de Desenvolvimento e Inovação Tecnológica do Minho). Estas dinâmicas, apesar de corresponderem a iniciativas positi-

SECTORES	GUIMARÃES	FAMALICÃO	S. TIRSO	P. VARZIM	VILA CONDE	FAFE	P. LANHOSO	V. MINHO	TOTAL
Comércio por grosso	1759	995	875	314	382	144	28	21	4374
Comércio a retalho	1748	1222	977	689	515	340	112	52	5315
Restaurantes, Cafés; Hotéis, Pensões, e outros alojamentos	552	350	264	382	152	110	23	431	766
Comércio/Grosso e a Retalho; Restaurantes e Hotéis	4059	2567	2116	1385	1049	594	163	116	11455
Transportes e armazenagem	484	476	391	282	132	31	78	98	1852
Transportes, Armazenagem e Comunicações	697	767	468	373	176	52	95	36	2612
Bancos, outras inst. Financeiras; Seguros; Serv. às Empresas	788	724	347	293	154	127	50	50	2406
Serviços Sociais e Similares prestados à colectividade (Educ., Saúde, etc.)	623	560	605	428	213	237	92	20	2541
Serviços Pessoais e Domésticos (Reparações, Lavandarias e diversos, etc.)	569	455	448	144	218	418	43	7	1884
Serviços prestados à Colectividade; Serv. Sociais e Serv. Pessoais	1387	1047	1062	951	567	404	139	28	5181
Total Terciário	6931	5105	3993	3002	1946	1177	447	230	21654
% Terciário / Concelhos	11.6	11.7	10.8	28.2	14.9	12.8	19.7	44.6	13.0
% Terciário / Ave	32.0	23.6	18.4	13.9	9.0	5.4	2.1	1.1	100.0

FONTE: QUADROS PESSOAIS, 1991

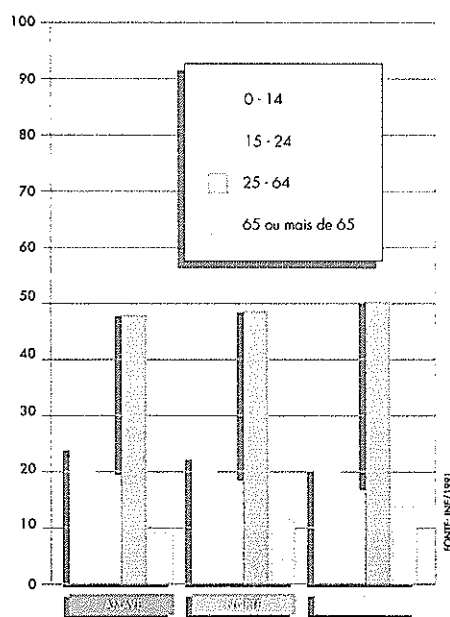
Distribuição do emprego no Sector Terciário nos concelhos da AMAVE. O Sector Terciário tem um peso reduzido nos sectores de actividade da região. O crescimento registado nos últimos anos é maioritariamente assegurado pelos serviços associados ao consumo final, público e privado.

vas, carecem ainda de uma perspectiva integradora que promova o aproveitamento das complementariedades existentes e o reforço de uma rede capaz de promover a fixação de funções terciárias superiores de apoio à actividade produtiva. Com efeito o cenário apresenta-se ainda muito atomizado verificando-se situações de sobreposição, eventualmente de concorrência, que conforme era já apresentado nos estudos da OID, se torna fundamental ultrapassar.

Recursos humanos (População, Emprego e Formação)

• O Vale do Ave registou, na última década, uma dinâmica de crescimento populacional positiva quando considerada em relação às verificadas no Continente, na Região do Norte e na Área Metropolitana do Porto. Estas variações apresentam, no entanto, expressão diferenciada consoante os concelhos que compõem a área de intervenção da AMAVE. Verificou-se um crescimento mais evidente em Guimarães, V. N. Famalicão, Santo Tirso e a pequena distância deste grupo,





População por grupos etários. O Vale do Ave mantém uma população jovem quer comparada com a região Norte, quer com o total do país.

em Fafe. Os concelhos de Vila do Conde, Póvoa de Varzim e Póvoa de Lanhoso estagnaram ou registaram um ligeiro movimento positivo. Finalmente o concelho de Vieira do Minho conheceu um decréscimo absoluto da população. As evoluções ocorridas não impediram que, para o conjunto de municípios em estudo, se tenha registado uma situação de repulsão populacional particularmente evidente em Vieira do Minho e Póvoa de Lanhoso, mas também em Vila do Conde e Póvoa de Varzim.

- O Vale do Ave mantém, à semelhança do que acontecia no início da década de 80, uma população jovem importante com valores superiores aos registados quer na Região Norte quer na sub-região Norte litoral.

- A taxa de actividade é elevada registando-se uma participação importante das mulheres e dos jovens no mercado de trabalho. Esta situação apresenta, no entanto, sinais de mudança em virtude da situação de crise que atravessam alguns sectores de actividades predominantes no Vale do Ave.

- Os níveis de instrução e de escolarização de população do Vale do Ave permanecem baixos embora se registe, no decurso dos últimos anos, tendência para a melhoria da situação. Há a assinalar, nomeadamente, o lançamento e o incremento conhecido pelo ensino profissional e técnico-profissional.

- O emprego por conta de outrem (excluindo a administração pública) cresceu no Ave entre 1985 e 1991 a ritmos ligeiramente superiores aos verificados no Continente e Área Metropolitana do Porto mas ficou substancialmente atrás das dinâmicas de outras regiões contíguas como é o caso do Vale do Sousa. Considerando a situação intrarregional constata-se que o conjunto de municípios que constituem a área de intervenção da AMAVE cresceu mais do que a área correspondente aos 6 municípios que compõem a NUT AVE. Com efeito o núcleo central de municípios do Ave (Guimarães, S^{te} Tirso e V. N. Famalicão) registou um crescimento mais moderado, semelhante ou ligeiramente abaixo dos valores registados no Continente e na Área Metropolitana do Porto, reflexo da situação de dificuldade por que passa, nomeadamente, o sector têxtil.

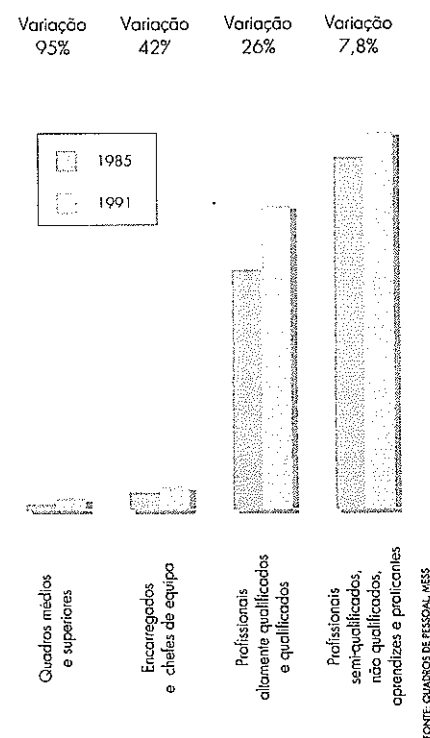
- Segundo um prisma de análise sectorial é possível concluir que a libertação

de mão-de-obra tem tido origem, sobretudo, no sector têxtil, registando-se movimentos de compensação ao longo dos últimos anos por parte dos sectores do vestuário, calçado, fabricação de produtos metálicos e pela globalidade do sector terciário (particularmente dos Serviços Sociais e Colectivos prestados à Colectividade, Restauração e Hotelaria, Comércio, Bancos e Seguros).

- O emprego continua a ser predominantemente pouco qualificado. No entanto, para o período em análise, detectam-se duas tendências (aumento, ainda que ligeiro, dos níveis superiores de qualificação e diminuição dos níveis correspondentes às baixas qualificações) que indiciam uma melhoria de qualificação do emprego. A diminuição do peso relativo dos níveis inferiores de qualificação traduzirá a maior incidência de pessoal semi-qualificado e não qualificado nos processos da libertação de mão-de-obra. Por outro lado, o aumento do peso relativo dos níveis mais elevados de qualificação será ainda uma consequência da dinâmica anterior e traduzirá também um incremento de procura por parte das empresas de quadros técnicos intermédios e de técnicos superiores. Com efeito, os resultados de entrevistas realizadas a uma amostra de empresas da região comprovam esta tendência, incidindo a procura sobre técnicos habilitados a desempenhar funções nas áreas de manutenção (mecânica e electrónica), planeamento da produção, qualidade, inovação, organização e gestão, marketing, comércio internacional.

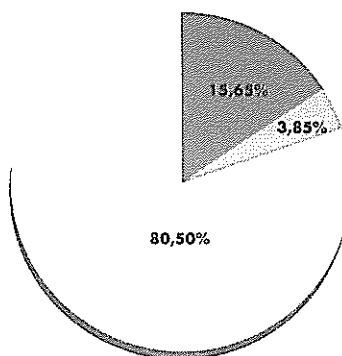
- A tendência anteriormente assinalada de melhoria dos níveis de qualificação tem expressão diversificada no interior do Vale do Ave. Enquanto nos concelhos que compõem o núcleo duro do Ave ela é visível, nos restantes, e a despeito de se verificar um aumento significativo do volume de emprego, não se registam evoluções positivas em matéria de qualificação.

- O ensino superior está representado no Vale do Ave pelo ensino politécnico e pelo ensino universitário. O ensino politécnico de lançamento recente na região a partir da iniciativa privada apresenta ainda uma dinâmica débil. As formações oferecidas são escassas na área de produção e não satisfazem ainda as principais necessidades do tecido produtivo local. Por outro lado o ensino universitário está representado localmente pela Universidade Lusíada (em V. N. de Famalicão) mas,



Evolução do Emprego por conta de outrem por níveis de qualificação nos municípios da AMAVE entre 1985 e 1991. O emprego continua a ser pouco qualificado.

■ Ensino Técnico-Profissional
 ■ Escolas Profissionais
 ■ Ensino Secundário



Distribuição das frequências no ensino secundário por tipo de ensino - 1991/1992. Apesar do grande domínio do Ensino Secundário, o Ensino Técnico-Profissional tem uma importância significativa, particularmente quando comparado com outras áreas envolvidas.

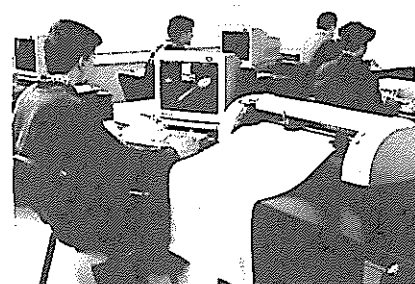


sobretudo pela Universidade do Minho, particularmente através da escola de engenharia sediada em Guimarães. Apresenta uma dinâmica apreciável de crescimento de cursos e de alunos, oferecendo um leque diversificado de formações orientadas no sentido das respostas às necessidades do tecido empresarial local. Da parte das empresas contactadas registou-se um posição favorável e de adesão à inserção de diplomados da Universidade do Minho, sobretudo nas áreas de engenharia e particularmente das engenharias de sistemas e de produção, embora fosse notada a necessidade de uma maior especialização e sensibilização dos recém-diplomados para as problemáticas específicas das empresas e dos sectores de actividade dominantes na região.

- A formação profissional contínua realizada nos últimos anos foi maioritariamente dirigida para activos no âmbito dos P.O.1, de curta e média duração e foi ministrada, dominantemente, em médias e grandes empresas. Tem contudo uma expressão limitada em face das necessidades o que pode ser explicado por quatro ordens de factores: a reduzida adesão por parte dos empresários; a insuficiente capacidade de resposta por escassez de recursos (promotores de formação, formadores...); a imagem negativa que a formação profissional apoiada pelo FSE ainda encerra em virtude de problemas registados num passado recente; a ausência de um Plano Director que estabeleça, a partir de rigorosa identificação de necessidades, as linhas orientadoras das formações a realizar.

- O desemprego tem apresentado uma tendência claramente crescente ao longo do ano de 1992 em resultado, sobretudo, da libertação de mão-de-obra por parte do sector Têxtil e Confecção. Por outro lado a dinâmica de criação de emprego por parte de outros sectores não revela capacidade para acompanhar a dinâmica de libertação de mão-de-obra o que implicará, consequentemente, o agravamento do problema. Se no final da década de 80 o sector das confecções teve um contributo fundamental na absorção do desemprego têxtil, em 1992 é já evidente que o saldo líquido de criação de emprego neste sector é negativo. Por outro lado o sector terciário que conheceu um crescimento significativo em termos de emprego entre 1985 e 1991, tenderá, naturalmente, para uma situação de

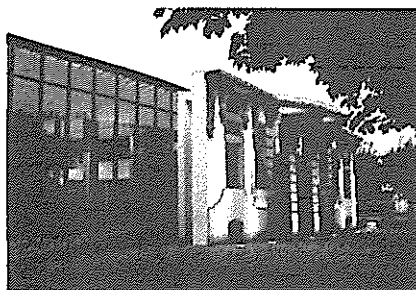
crescimento mais moderado, quadro que será agravado pelas perspectivas de não crescimento ou diminuição do emprego na administração pública. A coexistência e simultaneidade de todas estas dinâmicas define um futuro algo sombrio para a região. O aumento previsível do desemprego afectará, particularmente, como aliás já acontece, as franjas mais frágeis da população (população menos qualificada, menos escolarizada e mais idosa), a população feminina e os jovens que encontrarão dificuldades acrescidas para encontrar colocação profissional na região. Esta situação terá contornos diferenciados nos municípios do Vale do Ave. Terá maior expressão nos concelhos em que os sectores têxtil e confecção são mais representativos (Guimarães e Santo Tirso) nos concelhos de características marcadamente rurais que conheceram um surto de industrialização recente sobretudo à custa das confecções (Póvoa de Lanhoso, parte do concelho de Fafe e Vieira do Minho) e será melhor controlado nos concelhos que apresentam uma base económica mais diversificada. Resta saber até que ponto os projectos enquadrados pelo sistema SINDAVE e outros investimentos, sobretudo de natureza exógena, poderão contribuir para atenuar uma situação que se revela potencialmente difícil.



Equipamentos (Ensino, Saúde, Cultura e Desporto)

- As redes de equipamentos de ensino apresentam-se sem grandes desigualdades espaciais e com uma estrutura hierárquica equilibrada para a área. Nos concelhos mais populosos e com estruturas urbanas mais desenvolvidas, tem-se verificado um esforço de dispersão da rede pelo território municipal, a par do reforço de certo tipo de equipamentos básicos e de equipamentos de nível superior, nas respectivas sedes. Nos concelhos do interior, mantém-se a unipolaridade das redes, mas com um esforço de alargamento da capacidade das respectivas redes nos níveis intermédios.

- Tem-se verificado um crescimento significativo da rede de ensino pré-primário, na qual predominam as escolas oficiais, face aos jardins de infância de iniciativa



de IPSS e da Segurança Social. Os concelhos de maior crescimento demográfico apresentam ainda algumas deficiências nesta matéria. Nos restantes concelhos, a par do desenvolvimento deste tipo de escolas, há tendência para a sub-ocupação da rede de escolas do 1º ciclo do ensino básico, o que exige de imediato uma coordenação de políticas de instalação de equipamentos, que no entanto não é homogénea em toda a área dos municípios da AMAVE.

◦ Existe nesta área e no momento actual uma sobrelotação generalizada do parque de equipamentos de ensino respeitante aos 2º e 3º ciclos do ensino básico e ao ensino secundário. Os municípios com situações de maior carência são os de Vila Nova de Famalicão e seguidamente de Guimarães, Santo Tirso e Póvoa do Varzim. No Vale do Ave, a rede de escolas particulares é bastante significativa nestes graus de ensino. As principais dinâmicas nestes níveis do ensino básico e no ensino secundário, traduzem um alargamento das redes fora dos centros urbanos sede de concelho, nos municípios de crescimento demográfico mais elevado, apesar de algum reforço também da capacidade dos núcleos das respectivas sedes de concelho, que adquirem actualmente proporções muito consideráveis em termos de população escolar.

◦ A rede de equipamentos de ensino superior na área sugere a existência de uma capacidade de atracção de equipamentos universitários no Vale do Ave, Guimarães e Vila Nova de Famalicão e a polarização que sofrem os municípios da Póvoa do Varzim e de Vila do Conde face ao núcleo universitário do Porto. A distribuição de escolas politécnicas é mais dispersa, respondendo em parte à procura concelhia.

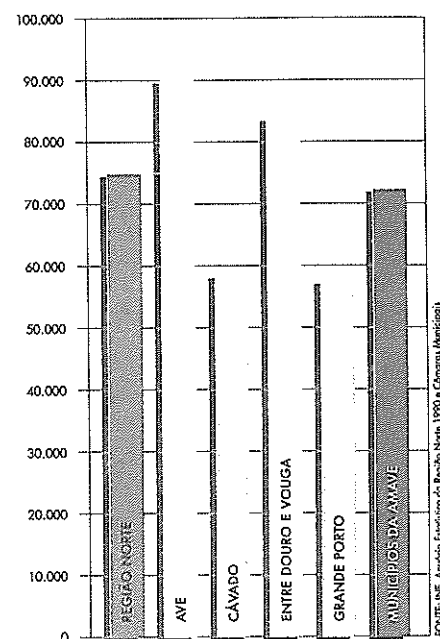
◦ A situação global da rede de equipamentos de saúde da área do Ave (NUT III), face a outras áreas mais próximas com evoluções demográficas e das estruturas económicas e sociais aproximadas, é relativamente desfavorável. Contudo, no que se refere à rede de cuidados de saúde diferenciados, o conjunto dos municípios que constituem a AMAVE, dispõe potencialmente, em termos físicos, de condições para uma cobertura relativamente mais satisfatória do que o Entre Douro e Vouga e o Vale do Sousa, dada a rede de hospitais distritais existente.

• Ao nível dos cuidados diferenciados de saúde, a situação dos hospitais distritais nos municípios do AVE contraria de certa forma uma lógica sistémica, mais ainda se acrescentarmos os dois concelhos inseridos na AMAVE que integram a Área Metropolitana do Porto. Verifica-se uma clara sobreposição de áreas de influência destes hospitais, para além de que os dos concelhos da Póvoa do Lanhoso e de Vieira do Minho não se encontram abrangidos nessas áreas. Existem desequilíbrios significativos entre os meios técnico e humanos e as disponibilidades de instalações nos diferentes hospitais distritais, com uma supremacia clara do novo hospital de Guimarães, que se encontra dotado de meios e recursos que o colocam numa posição hierárquica intermédia entre o hospital distrital e um hospital central. Existem ainda desigualdades significativas em termos das disponibilidades em recursos humanos, sobretudo em termos de pessoal médico e de técnicos superiores e em serviços, entre os restantes hospitais distritais, criando situações potenciais de complementaridade.

• A situação da rede de cuidados de saúde primários é desfavorável nesta área, com situações de desigualdade significativas entre os oito concelhos. Certos concelhos possuem um único centro de saúde, do qual dependem 13 e 11 extensões, casos de Vila Nova de Famalicão e de Fafe respectivamente, outros concelhos dispõem de vários centros de saúde, cada qual com duas ou três extensões. Estas desigualdades traduzem-se nalguns concelhos em défices consideráveis de cobertura das populações e de níveis de atendimento e de serviços muito desiguais.

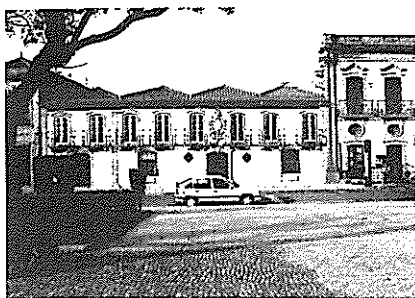
• Em termos de serviços prestados pela rede de centros de saúde, também se manifestam diferenças inter-concelhias de programas de funcionamento e de recursos humanos disponíveis. Na generalidade dos concelhos é reconhecível uma insuficiência destes serviços face aos objectivos com que eles são implementados, no quadro da Lei de bases da saúde e do Regulamento dos centros de saúde. Nos programas de planeamento familiar, saúde materna e saúde infantil, os índices de nº de consultas por população inscrita no centro, são muito baixos.

• As redes de equipamentos culturais apresentam estruturas diferentes consoante os municípios do interior, Fafe, Vieira do Minho e Póvoa do Lanhoso e os restantes



Rede de Equipamentos de Saúde - Índice de População residente em 1991 por hospital geral. A situação global de equipamentos de saúde face a outras áreas com evoluções demográficas e estruturais económicas e é desfavorável.





municípios da área. Nestes últimos, existem redes mais diversificadas, mais extensas quer em capacidade quer em distribuição no território. No caso daqueles três concelhos, as redes são pouco diversificadas, e concentram-se nas sedes de concelho. Nos concelhos com redes mais extensas existem situações de sub-utilização das capacidades dos equipamentos existentes, por falta de recursos humanos e técnicos, de maior dinâmica associativa e de políticas de animação mais estruturadas.



Equipamentos culturais nos municípios da AMAVE. As redes de equipamentos culturais apresentam estruturas diferenciadas no espaço.

• A situação desta área em termos de equipamentos desportivos é globalmente deficitária, considerando os índices de área útil desportiva por habitante, que se situam na maioria dos concelhos abaixo do índice médio para o Continente em 1985. As maiores deficiências fazem-se sentir nas tipologias de piscinas e pistas de atletismo sendo ainda muito reduzida a rede de equipamentos desportivos especiais. Relativamente às outras tipologias e no que respeita aos campos de jogos, os índices referidos são os mais elevados, mantendo-se no entanto uma concentração da prática desportiva num reduzido número de modalidades, com grande destaque para o futebol.

• A situação analisada sob um ponto de vista espacial e para sectores anteriormente considerados permite concluir sobre:

- a falta ou fraca ligação em rede, entre equipamentos dos concelhos da Póvoa do Varzim e de Vila do Conde e dos restantes concelhos do Ave;
- a centralidade que o concelho de Guimarães demonstra em certos sectores, concentrando alguns dos equipamentos de hierarquia superior do Ave e dispondo de uma rede espacialmente mais estruturada;
- a manutenção de uma desarticulação entre as redes de equipamentos dos municípios do Vale do Ave (Guimarães, Santo Tirso e Vila Nova de Famalicão) e as redes municipais de Póvoa do Lanhoso e Vieira do Minho, concelhos que em certos sectores dependem de pólos exteriores ao Ave;
- a tendência para uma diminuição das diferenças quantitativas e qualitativas ainda existentes entre as redes municipais dos três municípios do Vale do Ave – Guimarães, Santo Tirso e Vila Nova de Famalicão;
- os baixos níveis de serviços à população nos sectores da saúde e do desporto, comparativamente com outras áreas da coroa envolvente à Área Metropolitana do Porto, apesar de um potencial no que respeita à rede de equipamentos dirigidos aos cuidados diferenciados de saúde;
- as insuficiências em recursos humanos, e de concertação política das políticas sectoriais, neste último caso, especialmente visível nos sectores da cultura e do desporto.



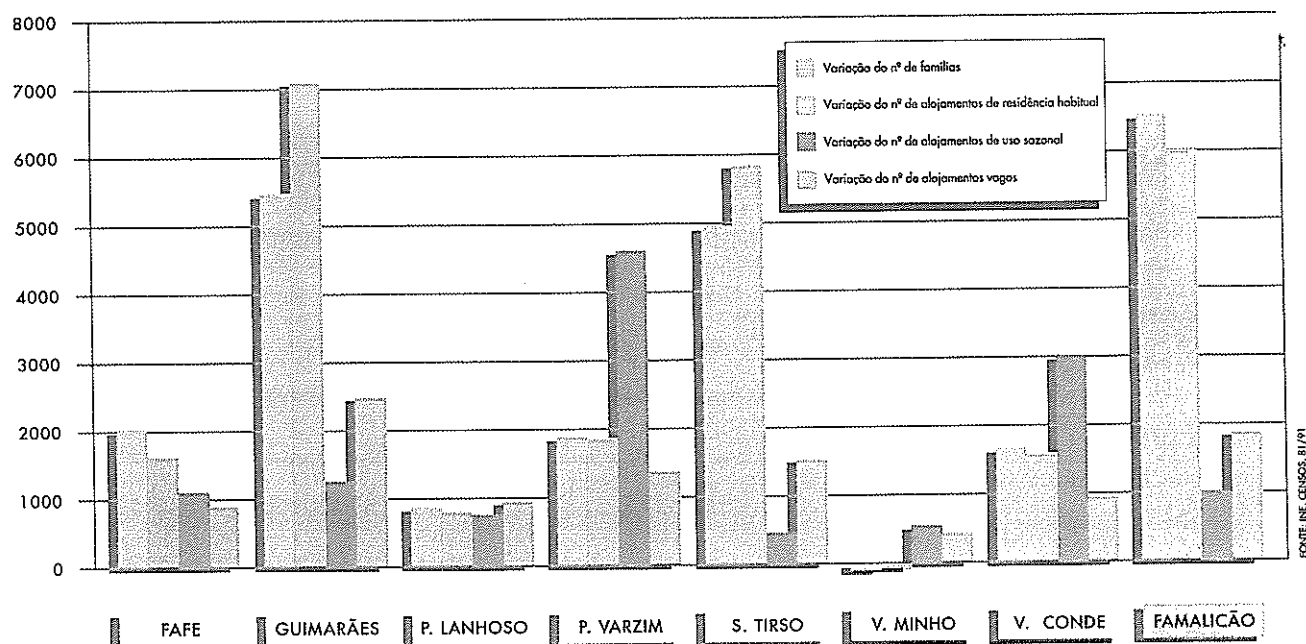
Habitação

• A existência de deficientes condições de habitação, por um lado, e a insuficiência de oferta em termos de qualidade, quantidade e preço — quer para habitação própria quer para arrendamento — constitui um obstáculo ao processo de desenvolvimento económico e social e, simultaneamente dificulta a fixação no Vale do Ave de quadros e técnicos qualificados, que poderão optar por residir em centros urbanos melhor apetrechados (Área Metropolitana do Porto e Braga, por exemplo).

Por outro lado, e num contexto de crise económica como o que se depara no Vale do Ave, a dinamização do sector de construção constitui, pelas suas repercussões positivas nas variáveis emprego, investimento e respectivos efeitos directos, indirectos e induzidos sobre o crescimento do conjunto de actividades económicas, um importante instrumento de política económica.

Como é sabido, a legislação em vigor (D.L. 77/84, de 8 de março) estabelece que os investimentos públicos em matéria habitacional são exercidos em regime de colaboração entre a administração central e local, competindo à primeira das entidades definir o respectivo enquadramento financeiro, jurídico, técnico e urbanístico, designadamente em matéria de habitação social e da regulação dos mercados, incluindo o mercado de solos. Simultaneamente, a política de habitação constitui uma componente importante das políticas de desenvolvimento regional e de ordenamento. Nestas circunstâncias, e uma vez que, como se demonstrará, as carências de habitação no Vale do Ave são relativamente elevadas e se reflectem também negativamente na qualidade urbanística, interessa assegurar a concretização de programas governamentais (e respectivos financiamentos) neste domínio, de preferência em regime de colaboração com as autarquias locais.

• A pressão habitacional verificada no decurso da década de 80 foi elevada — especialmente nos municípios que constituem o núcleo duro — devido em grande parte à diminuição registada na composição média das famílias, mas também ao crescimento demográfico que foi ligeiramente superior ao verificado na Área Metropolitana do Porto.



Variação do número de famílias e alojamentos entre 1981 e 1991 no Vale do Ave. Na década de 80 o aumento relativo verificado em alojamentos vagos e de residência não permanente, foi muito superior ao registado nos de residência habitual, os quais, por sua vez, registaram um crescimento superior ao do número de famílias. Esta evolução teve expressão diferenciada nos Municípios do Médio Ave, a montante e a jusante.

De acordo com os dados do censo de 1981 o panorama era desfavorável em termos de situações de mau alojamento, nomeadamente quanto aos fenómenos de coabitação e de sobreocupação dos fogos. No decurso da década de 80 há indícios de que a situação tenha registado uma ligeira melhoria em resultado do maior acréscimo do número de alojamentos face à evolução do número de famílias.

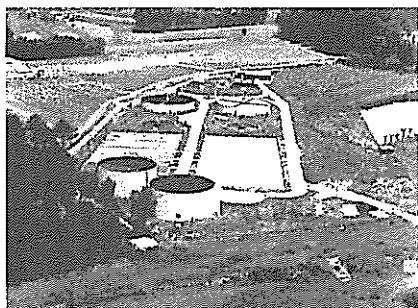
- Na década de 80 a provisão de habitação assentou essencialmente na promoção para ocupação própria e, em menor grau, na produção para venda, tendo pouco significado a produção de habitação social, de habitação a custos controlados e ainda de habitação para o mercado de arrendamento. Esta situação levanta alguns problemas a importantes estratos da população que devido à diminuta solvência económica tem dificuldades em aceder à habitação através do mercado.

- Os níveis de equipamento da habitação são ainda não satisfatórios, nomeadamente no domínio do saneamento básico, apesar das melhorias de cobertura verificadas ao longo da última década.

- A promoção municipal tem assentado quer na promoção directa quer na celebração de acordos de colaboração com a administração central. A promoção por via indirecta, através de contratos de desenvolvimento de habitação a custos controlados é ainda bastante exígua e deverá ser incentivada. O apoio à auto-construção, mediante a disponibilização de terrenos infra-estruturados constitui uma prática generalizada, que permite não só diversificar a oferta como descentralizar pelas freguesias os apoios contribuindo para a fixação local das famílias carenciadas.

- A valorização de centros históricos, incluindo a recuperação de imóveis habitacionais degradados constituiu uma prática concretizada com inegável sucesso nos municípios de Guimarães e Vila do Conde.

- Regista-se a insuficiência de informação local quanto à evolução da procura e oferta de habitação e respectivas características. Os ficheiros de procura e de concursos de atribuição de habitação não estão devidamente articulados com o licenciamento municipal de habitação e construção, dificultando o acompanhamento periódico das evoluções dos mercados e dos respectivos segmentos da procura potencial e dos correspondentes níveis de solvência.



Ambiente (Saneamento Básico)

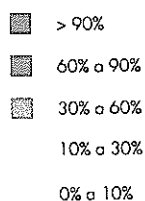
- A situação no Vale do Ave em matéria de saneamento básico, apesar dos elevados investimentos em curso, mantém-se ainda muito problemática. A conclusão dos projectos lançados no decurso do período 90-92 não resolverão, por si só, o problema, sendo sem dúvida imprescindível continuar este esforço de investimento no futuro próximo, como forma de rentabilizar e de aumentar a eficácia dos grandes projectos em realização.

- No que respeita aos sistemas de abastecimento de água mantém-se a situação de ruptura no que respeita à qualidade dos principais recursos hídricos superficiais, com excepção das áreas de cabeceira.

Além disso há ainda a registar problemas crescentes da qualidade dos recursos

hidricos subterrâneos e uma situação de ruptura potencial no que respeita à disponibilização de caudais para o abastecimento em algumas áreas do Médio Ave.

- A situação em matéria de águas residuais é também muito deficiente. Mantêm-se os gravíssimos problemas de poluição dos recursos hidricos superficiais, níveis de poluição de recursos hidricos subterrâneos preocupante, assim como problemas de poluição nas águas do litoral. Torna-se portanto urgente garantir a execução da 2ª fase dos investimentos estruturantes em drenagem, tratamento e rejeição no médio Ave e a necessidade de complementar os investimentos em interceptores e ETAR's com os correspondentes investimentos em redes de drenagem.



Níveis de atendimento em abastecimento de água no Vale do Ave (situação em 1991). Apesar dos elevados investimentos em curso, mantém-se ainda muito problemática a situação do vale do Ave em matéria de abastecimento de água.

- Quanto à situação dos resíduos sólidos urbanos mantém-se a ausência de adequado destino final para os resíduos a manutenção de grandes lixeiras municipais, a proliferação de locais de descarga clandestina factores que provocam problemas graves de poluição do solo e de águas subterrâneas.

- Finalmente, em matéria de conservação da natureza e valorização paisagística registam-se também um conjunto de situações problema de que se destacam, genericamente, a degradação das margens dos rios e das albufeiras, a insuficiência de espaços verdes urbanos devidamente qualificados a degradação das zonas rurais pelo não aproveitamento e valorização do conjunto de recursos naturais que encerram.



Qualidade da água e Fontes de poluição industrial. As principais fontes de poluição industrial situam-se ao longo dos cursos de água.

Infra-estruturas de Transporte

- Mantêm-se as dificuldades de atravessamento de região quer no que diz respeito à ligação dos principais núcleos urbanos internos e destes com o exterior, designadamente com a AMP, o Sul do País e o espaço Europeu.

Neste âmbito apenas estão concretizados dois corredores de atravessamento norte/sul – o do litoral (IC1) e o central (IP1), que no entanto ainda não possuem continuidade tanto para norte como para sul. Está por iniciar o corredor interior (IP9).

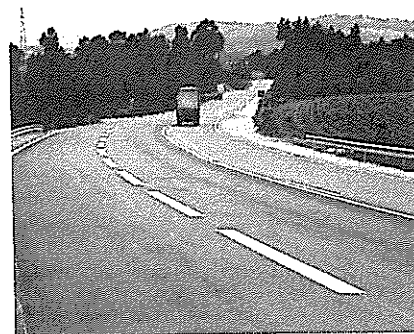
Quanto aos corredores de ligação transversal, deu-se já início à construção do eixo estruturante do Vale do Ave (o IC5), cuja importância poderá resultar acrescida caso venha a desempenhar a função de principal canal de ligação do Litoral Norte à Europa.

O outro eixo nascente/poente que interessa aos municípios de montante é o IC14 (apenas contemplado no Plano Rodoviário Nacional entre Barcelos e Braga), e a sua continuação para nascente poderá ser concretizada no âmbito do programa de reconversão profunda da N103, em curso no troço entre Braga (Gualtar) e Pinheiro (cruzamento com a N205 na Póvoa de Lanhoso).

- Em consequência da falta de grande parte destes eixos fundamentais, assiste-se à canalização da maioria do tráfego de passagem e de ligação regional pela rede complementar, cujos suportes físicos são desajustados, donde resultam níveis de serviços incompatíveis com as exigências actuais de mobilidade de pessoas e mercadorias, e ainda uma generalizada falta de condições de segurança na circulação automóvel e de pessoas.

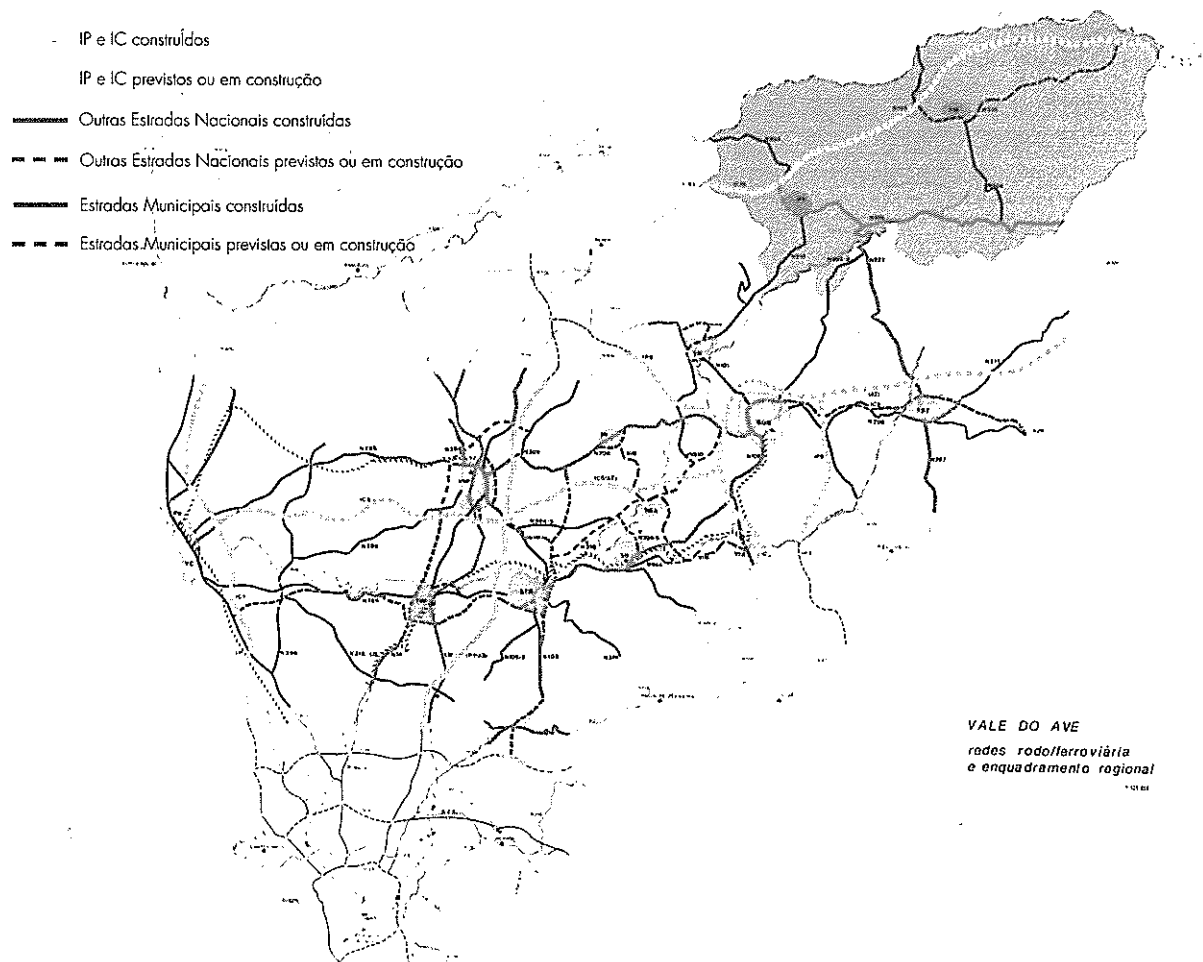
Se hoje em dia são cada vez mais notadas as graves deficiências, por exemplo, na actual ligação entre Braga e Guimarães e entre Guimarães e Vizela, não deverá ser esquecido que os eixos de Famalicão ou de Santo Tirso e Fafe, apenas ficarão parcialmente resolvidos com a conclusão do sub-lanço da A7 entre o IP1 e o nó do Ave.

- A rede secundária apresenta-se ainda como deficiente havendo que se proceder à sua ampliação e beneficiação.



Estão por resolver de forma integral os atravessamentos da maioria das sedes de concelho e de muitos outros centros urbanos, não por exclusiva deficiência de princípio das soluções de expansão urbana adoptadas, mas antes por incapacidade de investimento nacional e municipal em infra-estruturas rodoviárias de média e grande dimensão.

Por outro lado, o crescimento das taxas de motorização e do tráfego em geral, a intensa ocupação marginal das vias, a grande procura de transportes públicos daí resultante, a inadaptação das faixas marginais às actividades implantadas, etc., constituem factores que comprometem fortemente a fluidez de tráfego, pelo que é em geral aconselhada a ampliação da rede viária secundária.



A composição do tráfego no Vale do Ave apresenta um enorme peso dos movimentos locais associados à estrutura e à interdependência das actividades económicas entre si (em média representa cerca de 60% a 80% do tráfego em geral), o que constitui mais uma forte razão para a necessidade de construção de novas vias de carácter intermunicipal (e de importância igual à das actuais estradas da rede complementar nacional).

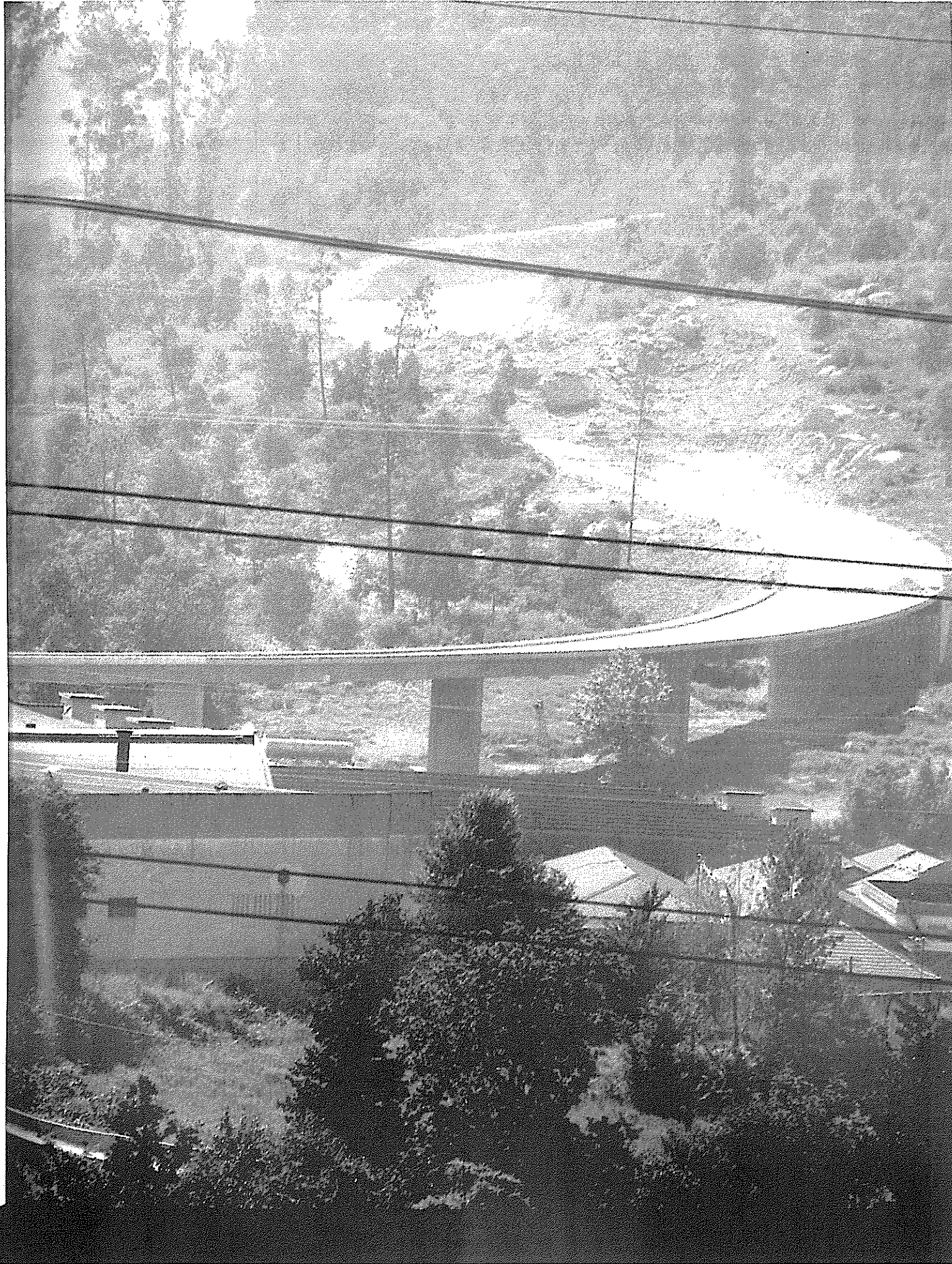
Acresce que a construção dos eixos fundamentais em regime de exploração concessionada, ou seja, sujeitos ao pagamento de portagem, se por um lado constitui forma de acelerar o ritmo e o volume das intervenções, por outro lado não provoca o impacto desejado no que se refere à diminuição da circulação nas outras estradas, mantendo-se alguma justificação quanto à necessidade de construção de novas vias da rede secundária.

A recente abertura da A3 entre o Porto e Braga é exemplo deste quadro. Em 1990 o volume de tráfego nesta auto-estrada ultrapassava já os 10 mil veículos/dia entre Santo Tirso e Famalicão, enquanto que a N14 a norte da Trofa apenas baixou de 18 para 16 mil veículos (-10%) entre 1980 e 1990. Ou seja, a abertura ao tráfego da A3 não esvaziou de sentido a construção da Variante da Trofa/Ribeirão/Famalicão à N14

- Apresenta-se preocupante o nível de operação e segurança na rede secundária tornando-se necessário introduzir melhorias significativas através da execução, nomeadamente de bermas, passeios, correcção pontuais de traçado, reforço de sinalização.

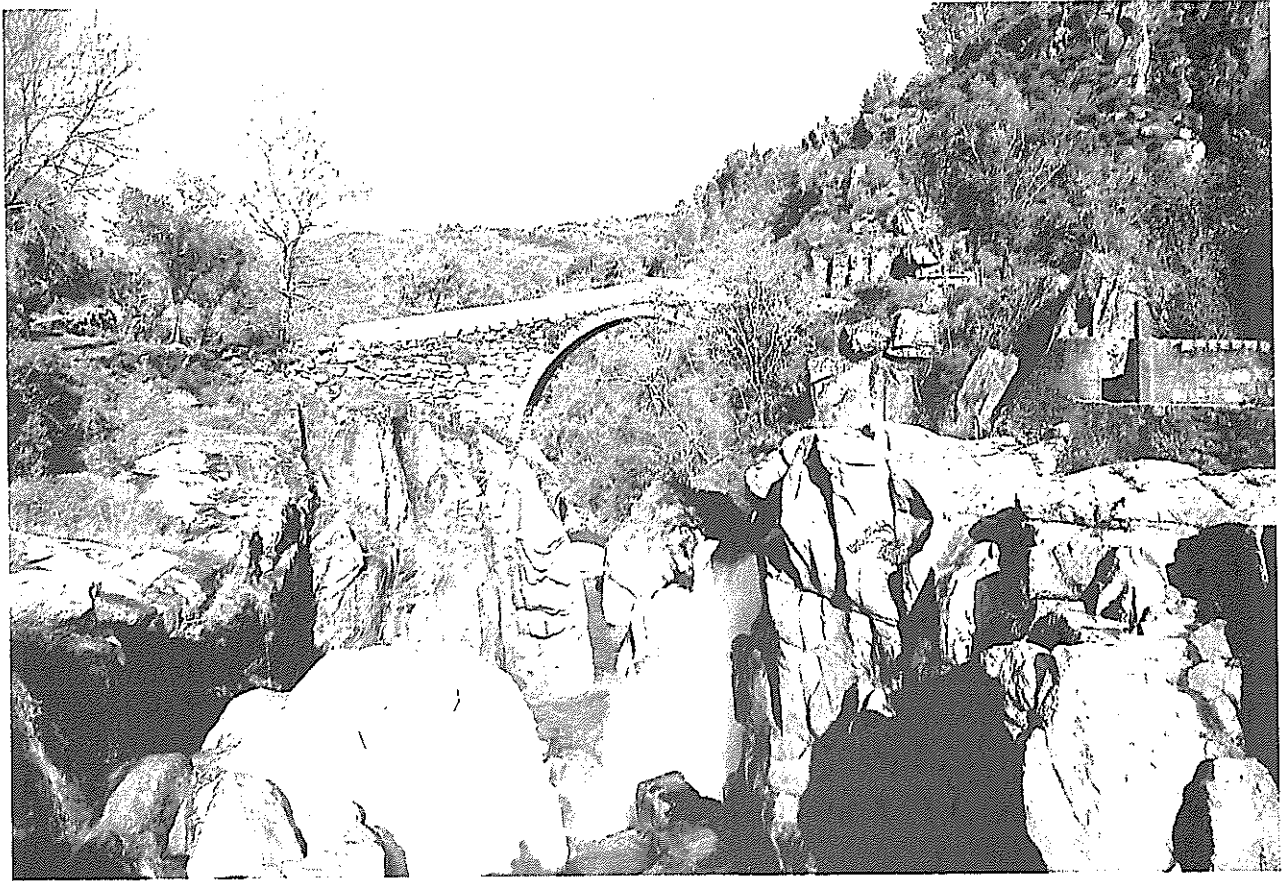
Em muitos troços das estradas da rede secundária as características de circulação são claramente urbanas, dado o grande fluxo de peões e veículos, motivado pela intensa ocupação marginal das vias, com frequentes acessos a unidades fabris de mão-de-obra intensiva.

A circulação de peões é especialmente penosa dada a generalizada ausência de bermas, assim como está pouco facilitada a operação dos transportes públicos rodoviários pela falta de áreas específicas de paragem e abrigos de paragem.





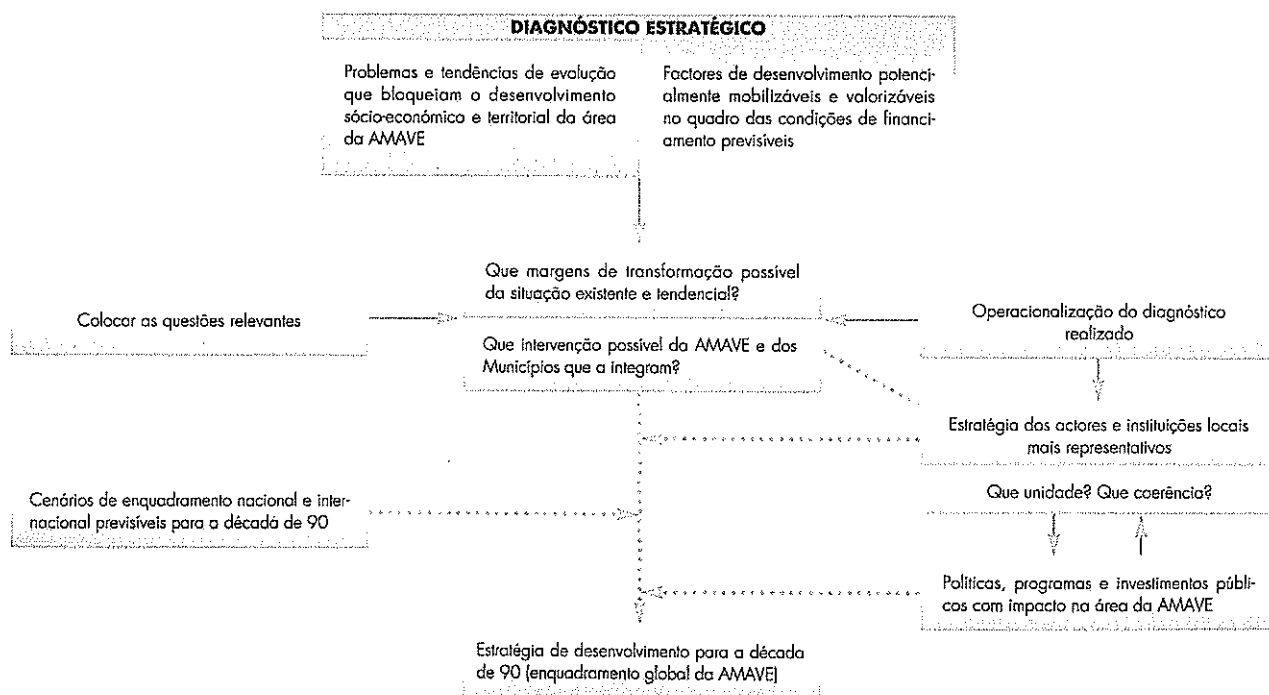
**ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO
PARA O PERÍODO 1994- 1999**



Metodologia seguida na formulação da estratégia de desenvolvimento

O quadro seguinte sintetiza a metodologia que conduziu à formulação da estratégia de desenvolvimento para a área dos Municípios da AMAVE para o período correspondente à aplicação do Quadro Comunitário de Apoio 1994-1999. Esta metodologia e os resultados a que ela conduziu foram oportunamente testados em reuniões de trabalho com os Municípios envolvidos e materializa-se em projectos de intervenção municipal, supra-municipal e na defesa fundamentada da quota de participação desta área em programas nacionais.

47



A metodologia utilizada consistiu em aplicar uma lógica de integração territorial ao diagnóstico estratégico realizado pelos diferentes domínios parcelares de estudo. Essa lógica de integração territorial decorre de uma leitura desse diagnóstico subordinada à identificação de dois conjuntos de factores necessários à formulação da estratégia:

- os problemas e tendências de evolução que bloqueiam o desenvolvimento sócio-económico e territorial;
- os factores de desenvolvimento potencialmente mobilizáveis e valorizáveis no quadro das condições de financiamento público e municipal previsíveis.

A operacionalização deste diagnóstico foi possível colocando duas questões estratégicas sobre os resultados obtidos:

- qual o potencial de transformação possível da situação existente e tendencial?
- qual é a capacidade de intervenção da AMAVE e dos Municípios que a integram ?

Recorda-se que o diagnóstico estratégico realizado permitiu reunir conhecimentos bastante sólidos sobre dois outros elementos viabilizadores da estratégia de desenvolvimento.

Assim, foi possível:

- I) conhecer as estratégias dos actores e instituições locais mais representativos e avaliar da sua unidade e coerência;
- II) identificar e avaliar as políticas, programas e investimentos públicos com impacto na área da AMAVE.

Nestas condições, a formulação da estratégia de desenvolvimento para a área da AMAVE passa fundamentalmente pelos seguintes elementos:

- formular objectivos de desenvolvimento inequívocos e mobilizadores;
- criar condições para novas formas de contratualização com a Administração Central;
- exercitar localmente e nos lugares mais convenientes a capacidade de negociação em torno desses objectivos;

- consolidar um modelo de organização qualitativamente superior a nível local e para a própria AMAVE;

- assegurar quota de representatividade no novo Quadro Comunitário de Apoio 1994-1999 e melhorar o acesso a iniciativas comunitárias em domínios relevantes para a área.

No sentido de melhor compreender os objectivos de desenvolvimento propostos, sintetizam-se no quadro Síntese do diagnóstico Estratégico, os dois grandes conjuntos de factores identificados pelo diagnóstico estratégico.

SÍNTESE DO DIAGNÓSTICO ESTRATÉGICO	
Identificação dos problemas e das tendências de evolução que bloqueiam o desenvolvimento sócio-económico e territorial da área da AMAVE	Identificação dos factores de desenvolvimento potencialmente mobilizáveis e valorizáveis no quadro das condições de financiamento previsíveis
Um sistema produtivo local, com fraco teor de diversificação, ameaçado pelas insuficiências de competitividade do seu núcleo industrial tradicional, traduzidas designadamente nos crescentes dificuldades de criação de emprego e na progressiva exclusão de mão-de-obra	Um complexo flexível de produção de base territorial com uma cultura empresarial de empreendimento e iniciativa potencialmente transmissível
Fortes debilidades observadas em matéria de instrução, formação e qualificação de activos, regra geral precocemente chegados ao mercado de trabalho; aprendizagem empresarial com dificuldades de generalização a outras actividades e função empresarial com baixo nível organizativo	Potencial Institucional de apoio à actividade de PME's industriais já implantado na área, já dotado de um significativa grau de diversificação, em termos quer de instituições envolvidas, quer de funções possíveis a desempenhar.
Dificuldades de afirmação de uma imagem de qualidade, designadamente devido a problemas ambientais e ao impacto da situação de crise	Condições para a definição de um produto turístico diversificado, complementar das condições de internacionalização existentes na área, embora exigindo a concretização de necessidades relevantes de formação nesse domínio
Grandes dificuldades em matéria de fixação de serviços estratégicos às empresas, com excepção dos que são proporcionados através da rede localmente implantada de empresas fornecedoras de equipamento; por conseguinte, existência de «logs» (deslazamentos) acentuados entre a informação às empresas e as respostas produtivas por parte destas últimas	Dinâmicas de revitalização urbana já iniciadas, potencialmente generalizáveis num contexto de aproveitamento do sistema urbano polinucleado existente, dos processos e programas de renovação urbana e de reabilitação da tradição patrimonial da área
Limitações em matéria de capacidade de atracção de novos quadros médios e superiores residentes, dadas as dificuldades habitacionais e o maior potencial urbano de áreas concorrentes (aglomerações de Braga e da AMP)	Dinâmica progressiva da capacidade de oferta de recursos humanos superiores e do potencial de I & D e prestação de serviços da Universidade do Minho numa óptica de integração nas necessidades de desenvolvimento da área da AMAVE

SÍNTESE DO DIAGNÓSTICO ESTRATÉGICO (continuação)

Identificação dos problemas e das tendências de evolução que bloqueiam o desenvolvimento sócio-económico e territorial da área da AMAVE

Deficiente cobertura dos interesses empresariais locais devido à dispersão do associativismo de base sectorial

Dificuldades de compatibilização dos padrões de urbanização e industrialização difusa com as políticas de qualificação urbana e industrial e de melhoria de acessibilidades

Desequilíbrios de desenvolvimento sócio-económico no interior da área da AMAVE, desfavorecendo as áreas de dominância rural mais interiores com dificuldades de sobrevivência económica em torno da produção agro-florestal

Indefinições da política industrial ao nível de um eventual PEDIP-2, tendo em vista as perspectivas de continuidade de intervenção no tecido industrial dominante na área e eventuais dificuldades de generalização a todo o tecido produtivo local da nova concepção «imaterial» da política industrial

Identificação dos factores de desenvolvimento potencialmente mobilizáveis e valorizáveis no quadro das condições de financiamento previsíveis

Concretização progressiva de novas condições de acessibilidade interna e externa já programadas

Concretização progressiva de novas condições em matéria ambiental pela conclusão próxima de grandes empreendimentos em saneamento básico.

Condições propícias à promoção de políticas de desenvolvimento rural susceptíveis de valorizar as áreas interiores para além do estatuto enfraquecido de novas fontes de mão-de-obra desqualificada

Sensibilização já parcialmente conseguida dos poderes públicos para as necessidades de intervenção no núcleo central de Municípios da área da AMAVE

50

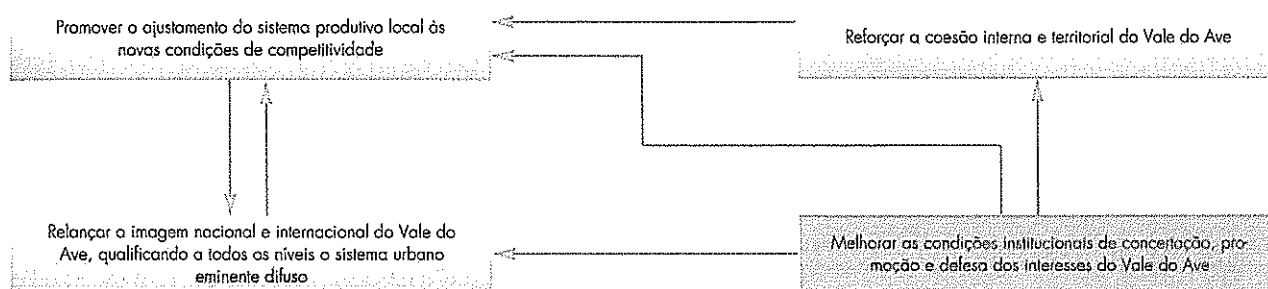
Uma vez identificados os principais problemas e os factores de desenvolvimento potencialmente mobilizáveis estão criadas as condições para que seja possível formular os objectivos estratégicos de desenvolvimento para a área da AMAVE.

Objectivos de desenvolvimento

O diagrama seguinte identifica os objectivos estratégicos de desenvolvimento para a área da AMAVE, exemplificando como eles se potenciam mutuamente no sentido de sustentar a viragem pretendida.

O diagrama apresentado permite identificar um objectivo estratégico que funciona como condição de viabilização dos demais objectivos de desenvolvimento. Tal

ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO E INTERACÇÃO ENTRE OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS PARA A DÉCADA 90



objectivo é designado por «Melhorar as condições institucionais de promoção, concertação e defesa dos interesses do Vale do Ave».

Esta meta constitui uma condição de viabilização da própria estratégia na medida em que só nessa perspectiva é legítimo admitir a área da AMAVE como um espaço de solidariedade e de concertação entre diferentes interesses aglutinados pelas características do território. Recorde-se que, na sua composição actual, a área da AMAVE pode viabilizar uma concertação inovadora entre territórios de maior dinâmica de desenvolvimento (o núcleo central de Municípios do Médio Ave) e áreas mais periféricas do interior (Vieira do Minho e Póvoa de Lanhoso).

Isto significa que, tendo adicionalmente em conta a fundamentação das propostas que apresenta e o seu apetrechamento técnico e organizativo, a AMAVE preenche as condições para exercer no novo QCA funções de coordenação de acções com impacte supra-municipal.

Para que tal seja possível, a própria estratégia de desenvolvimento a pôr em prática necessita de colocar o objectivo da promoção, concertação e defesa dos interesses locais susceptíveis de serem mobilizados pelo próprio projecto AMAVE.

Três outros objectivos de desenvolvimento emergem como estruturantes da estratégia de desenvolvimento:

promover o ajustamento do sistema produtivo local às novas condições de competitividade;

• relançar a imagem nacional e internacional da área, qualificando a todos os níveis o sistema urbano eminentemente difuso;

• reforçar a coesão interna e territorial.

O primeiro objectivo corresponde a uma formulação bastante mais activa da crise industrial que atravessa o sistema produtivo local, designadamente a sua base industrial, nos últimos tempos.

De facto, a prioridade estratégica aponta para assegurar um processo de transição para o sistema produtivo local o menos excludor possível do ponto de vista do volume e da duração do desemprego que vier a determinar. Trata-se de um ajustamento a novas condições de competitividade e não de um processo de substituição pura e simples da base produtiva existente, nomeadamente da base industrial.

O modelo flexível de produção que caracteriza dominantemente a indústria local constitui a principal potencialidade desta área. As prioridades apontam para colocar essa potencialidade ao serviço de uma especialização industrial mais diversificada e sobretudo da aposta em produtos de qualificação e valor acrescentado acrescidos. Por outro lado, a proximidade aos mercados europeus continuará a ser uma importante vantagem comparativa logística desta área, sobretudo se ela apoiar produtos de maior qualidade e preço unitário.

Na perspectiva de ajustamento que aqui se considera, a produção agro-florestal deve continuar a desempenhar funções quer de «almofada social», quer de complemento de rendimento da economia local (no caso das formas capitalísticas organizadas de produção que existem na área).

Trata-se de um objectivo no qual a intervenção da AMAVE não será principalmente directa ou viabilizada através de investimento. Neste caso, contará fundamentalmente o envolvimento da capacidade empresarial local, a coerência das estratégias das suas associações representativas, o papel dos centros tecnológicos e as novas condições de oferta de recursos humanos que urge introduzir na área.

O outro objectivo, «relançar a imagem nacional e internacional do Ave, qualificando a todos os níveis o sistema urbano eminentemente difuso», prende-se com a

necessidade de aproximar duas batalhas da qualidade: a territorial e a dos produtos locais com potencial de exportação.

Até aqui, as virtualidades do modelo de produção industrial flexível têm sido concretizadas com o preço, por vezes elevado, dos padrões de ordenamento disperso e difuso. Ora, acontece que em contextos de baixos níveis de rendimento *per capita* médio e de baixos consumos culturais e instrução média, tal modelo de ordenamento determina, regra geral, a degradação das condições ambientais, de paisagem, de infra-estruturas e de ocupação do solo. Este contexto é incompatível com o salto qualitativo do modelo de produção flexível local a novas exigências de qualidade.

Por isso, uma fracção significativa da capacidade de investimento localmente disponível deverá ser orientada para essa qualificação. Qualificar o sistema urbano eminentemente difuso pode potenciar melhores condições de ajustamento do sistema produtivo local às novas condições de competitividade.

Finalmente, para que a área territorial da AMAVE se transforme em efectivo espaço de solidariedade e concertação de políticas de desenvolvimento regional e, consequentemente, através dessa função, ajustar-se à nova engenharia institucional do QCA, é necessário assegurar a «coesão interna e territorial».

Este objectivo estratégico de reforçar a coesão interna e territorial da área da AMAVE corresponde à prioridade assumida de transformar a área de intervenção da AMAVE em espaço de solidariedade e de acção.

Quer isto significar que a AMAVE pretende ocupar um espaço de intervenção da política regional que não corresponde a uma mera divisão administrativa. Pelo contrário, o espaço pretendido corresponde à natureza dos problemas territoriais em estreita consonância com as suas condições de funcionamento. Nestas condições, as características de espaço de solidariedade e de acção atribuem à área em questão potencialidades acrescidas relativamente às que se assumem a partir de simples critérios administrativos.

O diagnóstico estratégico realizado permite considerar a área da AMAVE como um território propício à formação das referidas solidariedades em matérias

bastante relevantes para a política regional a concretizar no âmbito do Q.C.A. 1994-1999.

Nesta perspectiva, o estudo agora realizado introduz uma significativa melhoria do ponto de vista da coerência da estratégia de desenvolvimento, na medida em que alarga o núcleo central de problemas e potencialidades contemplado no trabalho que conduziu à OID do Vale do Ave.

Em primeiro lugar, trata-se de adoptar uma lógica global de abordagem de montante e jusante em torno de um dos recursos aglutinadores da intervenção na área que é o próprio rio Ave. Esta questão introduz de facto uma maior coerência em toda a intervenção de natureza ambiental, sobretudo no que respeita à qualidade da água e à revitalização do curso de água e possibilita uma interlocução mais eficaz face à Administração Central.

Em segundo lugar, a área da AMAVE transformou-se em solução político-institucional para integrar o conjunto de problemas do núcleo central de Municípios do Ave com a questão das áreas deprimidas interiores. Nesta perspectiva, a formulação actual corresponde a levar mais além o espaço de solidariedade que, na primeira versão dos estudos conducentes à OID, já fora introduzida com a integração de Fafe. Neste caso, trata-se de integrar potencialidades de criar novas áreas de acolhimento industrial, de introduzir a lógica do desenvolvimento local em áreas mais alargadas que a dos Municípios mais deprimidos e de diversificar as potencialidade de desenvolvimento.

De facto, as solidariedades entre Vieira do Minho e Póvoa do Lanhoso e os restantes Municípios da área de intervenção do PRORN não são mais fortes do que as podem consolidar-se no âmbito da AMAVE. A valorização dos centros urbanos-sedes de concelho daqueles dois Municípios, a concretização de políticas de desenvolvimento rural apoiadas na área do turismo rural e na viabilização e valorização de novos recursos agro-florestais e os vectores da formação-educação constituem prioridades estratégicas de resposta a carências básicas das referidas áreas deprimidas do interior que diversificam, ampliando-a, a estratégia de desenvolvimento da AMAVE.

Finalmente, o alargamento, mesmo pontual, aos Municípios de Vila do Conde e da Póvoa do Varzim da estratégia de desenvolvimento proposta reforça por sua vez o seu suporte em matéria de potencial de desenvolvimento urbano, de lazer e de prestação de serviços.

Como é óbvio, a vertente do desenvolvimento turístico (interno e internacional) é aquela que melhor rendibiliza esse alargamento para além das intervenções em matéria ambiental.

Conforme se compreende, a autonomia da AMAVE enquanto instituição que emane da solidariedade e concertação entre os Municípios depende do modo como este objectivo será atingido ao longo do período visado neste estudo estratégico.

Nas páginas seguintes sistematizam-se os quatro objectivos estratégicos de desenvolvimento da área da AMAVE, discriminando-se a sua tradução em objectivos parcelares que fundamentam e enquadram as diferentes acções e projectos propostos por este estudo estratégico.

OBJECTIVO ESTRATÉGICO Nº 1

Promover eficazmente o ajustamento do sistema produtivo local às novas condições de competitividade

- 1. Minimizar os custos sociais e de emprego decorrentes do abandono do mercado das unidades mais vulneráveis do núcleo industrial tradicional na área**
- 2. Criar condições para a melhoria sustentada dos níveis de valor acrescentada, produtividade e qualidade dos produtos internacionalmente competitivos provenientes do núcleo de especialização industrial têxtil-vestuário-calçado**
- 3. Potenciar os sinais de diversificação industrial já existentes na área apoiando nesse sentido quer a cultura empresarial de empreendimento e iniciativa existente no interior do sistema produtivo local, quer a atracção de investidores e função empresarial exógenas à área**
- 4. Produzir competências profissionais ajustadas quer ao «up-grading» do pólo de especialização industrial dominante, quer ao aproveitamento de novas oportunidades de negócios e de investimento**
- 5. Melhorar a capacidade de inserção da Escola na problemática do mercado de trabalho, reforçando o conteúdo profissionalizante da sua formação e promovendo os valores da internacionalização, produtividade e qualidade**
- 6. Reforçar a capacidade da área de internalizar novos domínios de oferta de serviços, designadamente através da crescente afirmação da já existente capacidade local de prestação de serviços junto das empresas e das suas necessidades explicitadas ou ocultas**
- 7. Consolidar as melhorias de acessibilidade ao exterior induzidas quer pelo plano de realizações rodoviárias de âmbito nacional, quer pelos próprios investimentos da AMAVE e dos Municípios**
- 8. Qualificar em matéria de ordenamento industrial as zonas de ocupação industrial já organizadas segundo um modelo tendencial de «dispersão concentrada»**

OBJECTIVO ESTRATÉGICO Nº 2

Reforçar a coesão interna e territorial do Vale do Ave

1. Favorecer o papel do Vale do Ave no sistema urbano em estruturação do Norte de Portugal, designadamente do Noroeste industrializado, afirmando quer o seu próprio sistema urbano polinucleado, quer o perfil de complementaridade entre os seus principais centros urbanos
2. Operacionalizar produtos valorizadores da complementaridade de recursos existentes entre os Municípios da área da AMAVE, designadamente de um produto turístico diversificado credível e potencialmente valorizador das potencialidades dos Municípios mais deprimidos
3. Robustecer a base produtiva dos Municípios mais deprimidos e interiores, designadamente através de projectos de desenvolvimento rural e da sua integração com o modelo de desenvolvimento turístico
4. Reduzir assimetrias intra-área territorial da AMAVE, designadamente através de um programa de equipamentos e infra-estruturas para as áreas mais deprimidas
5. Melhorar a acessibilidade intra-regional
6. Diversificar a localização de novas áreas de acolhimento industrial de novas indústrias

OBJECTIVO ESTRATÉGICO Nº 3

Relançar a imagem nacional e internacional do vale do ave, promovendo a qualificação a todos os níveis de um sistema urbano ominentemente difuso

1. Promover uma política de equipamentos sociais e culturais inspirada pela melhoria da qualidade de vida urbana
2. Qualificar progressivamente os padrões de urbanização difusa
3. Dinamizar as condições locais de produção e de animação sócio-cultural
4. Promover uma nova imagem nacional e internacional da urbanização difusa
5. Criar condições para a melhoria dos padrões de qualidade industrial existentes na área
6. Potenciar novos padrões de exigência de preservação da qualidade ambiental por parte do sistema produtivo local
7. Criar condições para a promoção habitacional de qualidade superior

OBJECTIVO ESTRATÉGICO Nº 4

Melhorar as condições institucionais de concertação, promoção e defesa dos interesses do Vale do Ave

1. Reapetrechar em termos técnicos e organizativos a AMAVE
2. Transformar a AMAVE em espaço de solidariedade e de concertação de políticas de desenvolvimento regional ao serviço de um processo descentralizado de aplicação do Quadro Comunitário de Apoio 1994-1999
3. Dinamizar a criação de novas instituições locais, designadamente de empresas supra-municipais, destinadas a suportar funções a externalizar a partir da AMAVE para a sociedade civil
4. Assegurar a convergência de interesses locais diversificados segundo a lógica de partilha/solidariedade de interesses estratégicos
5. Valorizar o papel dos modelos industriais de produção flexível no quadro da nova política industrial em Portugal a viabilizar pelo PEDIP-2
6. Definir prioridades no âmbito de uma carteira de solos para acolhimento de novas indústrias
7. Assegurar quota nos sistemas de incentivo de apoio à diversificação industrial

Quadro institucional:

limitações actuais e possibilidades de evolução

A viabilização do quadro de objectivos e de projectos que compõem o programa de desenvolvimento do Vale do Ave tem associado novas formas de enquadramento e de organização de um conjunto de funções até aqui colocadas na estrita órbita de competência municipal ou, pura e simplesmente, ausentes do espectro institucional e organizativo presente no Vale do Ave. Com efeito o modelo organizativo e institucional actualmente em vigor apresenta-se desajustado e limitativo ao enquadramento e desenvolvimento de novas funções, particularmente no domínio do desenvolvimento sócio-económico local.

A necessidade de aprofundar por um lado a intervenção coordenada dos municípios em matéria de desenvolvimento e os novos espaços de concertação e contractualização que se abrem com a Administração Central, por outro lado, associados aos novos contextos em que algumas das funções tradicionais se perspectivam a

curto e médio prazo, conferem relevância especial a um conjunto de funções supra-municipais a assumir pela AMAVE que a seguir se enunciam:

• **Planeamento estratégico**

Esta função regista uma progressiva afirmação sendo actualmente reconhecida como fundamental por parte das instituições com responsabilidade em matéria de desenvolvimento territorial. As respostas aos desafios que se colocam no quadro de contextos complexos e em permanente mutação não podem deixar de ser equacionadas em concordância com um conjunto de objectivos estabelecidos a médio prazo de forma a assegurar a melhor coerência ao caminho a percorrer.

À AMAVE competirá, no seguimento do estudo estratégico que decidiu elaborar, o exercício desta função em articulação quer com os municípios que a compõem, quer com os restantes actores locais que intervêm no Vale do Ave, quer ainda, num plano de concertação e contratualização, com a Administração Central.

58

• **Gestão dos programas de apoio a investimentos municipais e coordenação da execução de projectos intermunicipais.**

A gestão dos programas de investimento municipal não tem ainda tradição no campo de actuação do poder local.

A AMAVE, por toda a experiência associativa acumulada, pelo conhecimento estratégico que possui da região e pelo corpo de propostas que apresenta no presente estudo poderá constituir uma experiência piloto na gestão dos programas de apoio ao investimento municipal para o Vale do Ave no âmbito do 2º QCA.

No que respeita à coordenação de projectos de âmbito intermunicipal considera-se ser vantajoso prolongar e reforçar algumas situações passadas (VIM; Grande Sistema de Saneamento Básico), confiando à AMAVE, directamente ou através de situações contratuais com os níveis centrais da Administração, a responsabilidade de coordenar a execução dos programas inter-municipais que vierem a realizar-se no Vale do Ave no âmbito do 2º QCA.

• Promoção económica

O Vale do Ave apresenta conforme é referido nos relatórios parcelares dedicados ao tratamento dos temas económicos, uma situação desequilibrada que em síntese pode ser resumida através das três seguintes características:

- dominância de um sector industrial — indústrias têxtil, vestuário e calçado — a atravessar uma situação de crise;
- tecido económico pouco diversificado com relevo para a reduzida importância do sector de serviços às empresas;
- desequilíbrios territoriais intra-regionais em que aos municípios de forte industrialização e tradição empresarial que constituem o núcleo duro do Ave, se contrapõem os dois municípios a montante de características predominantemente rurais e de reduzida iniciativa empresarial.



A inversão deste quadro de situação não poderá realizar-se exclusivamente com as medidas de política sectorial ou da actuação dos níveis centrais da administração através programas especiais de apoio e de atracção de investimento. Sem desvalorizar o papel e a importância destes instrumentos e medidas há, no entanto, que complementar este tipo de acções através da mobilização dos diversos actores locais, públicos e privados, associando-os e coordenando os seus esforços na promoção económica do Vale do Ave. Referem-se, a título exemplificativo as seguintes acções promocionais tipo:

- atracção de investimento através da «oferta» de terrenos infra-estruturados localizados em zonas industriais de segunda geração (dotados de um conjunto de serviços de apoio e de logística que estabeleçam a diferença face às zonas industriais tradicionais).
- promoção no exterior de uma imagem qualificada do Vale do Ave estruturada em torno de valores como a tradição empresarial, a oferta de facilidades de instalação de novas empresas, as capacidades dos recursos humanos presentes, os valores patrimoniais e ambientais (nos municípios a montante), de forma a atrair, selectivamente, investimento directo estrangeiro.

O enquadramento desta função deverá ser assegurada através de uma organização própria, em moldes empresariais e congregar no quadro dos seus promotores um leque alargado de instituições como autarquias, e respectiva associação, empresas e associações empresarias, instituições de capital de risco, instituições de crédito...

• Animação sócio-económica

A resolução dos problemas de natureza económica e social que se colocam quer às zonas mais desfavorecidas, de dominância rural, quer às zonas particularmente atingidas pelos processos de crise da indústria tradicional tem de ser considerada numa dimensão global articulando intervenções nos domínios social e económico. O risco de agravamento destas situações problema e a eventual marginalização de franjas importantes de população coloca a necessidade de intervenção reunindo esforços de iniciativa local e central. A criação de uma agência dedicada à animação sócio-económica de áreas abrangidas por este tipo de problemas, que associe diversos actores locais, nomeadamente as autarquias e instituições de solidariedade social, que reforce a capacidade de concertação local e coordenar esforços com a administração central poderá ser a resposta institucional adequada para intervir na resolução deste tipo de problemas.

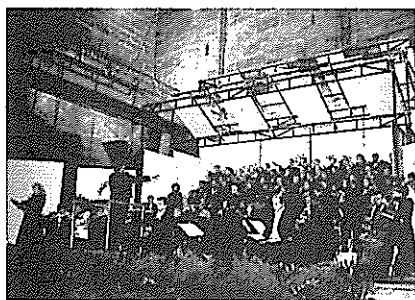
• Saneamento básico

A conclusão dos grandes investimentos em saneamento básico e a construção e ligação das respectivas redes em baixa, colocará exigências acrescidas em matéria de gestão que inelutavelmente terão de ser consideradas ao nível intermunicipal. Por outro lado os serviços prestados neste domínio têm associado num carácter de reprodutividade económica que aconselha a adopção de um modelo organizativo e de gestão de natureza empresarial.

Considera-se portanto de toda a justificação o estudo e a promoção, a médio prazo, de soluções empresariais especificamente vocacionadas para a exploração dos serviços de saneamento básico.

• Habitação

O estudo revelou a persistência de carências habitacionais nos municípios do médio Ave e a necessidade de uma intervenção no sentido de ultrapassar os problemas com que as camadas sociais com maiores dificuldades económicas se defrontam nesta matéria. A promoção de habitação a preços controlados e a gestão do parque habitacional existente constituem prioridades no domínio da política habitacional havendo, para o efeito, que congregar esforços quer dos municípios quer da administração central e eventualmente de outros actores como são por exemplo as misericórdias. A criação de uma entidade, eventualmente sob a forma de régie cooperativa, poderia constituir um contributo importante para a abordagem e a resolução concertada e coordenada deste tipo de problemas.



• Cultura

A função cultural é uma função tradicionalmente assumida no quadro das actividades municipais, tendo inclusive uma posição de destaque no âmbito das actuações de alguns dos municípios do Vale do Ave. Esta função tenderá a ganhar progressivamente relevância no âmbito das políticas municipais na medida em que constitui uma condição fundamental para a progressão das dinâmicas de desenvol-



vimento em curso. No entanto, além da expressão que esta função continuará a ter no âmbito municipal, parece útil considerá-la, também, num plano intermunicipal. Com efeito o potencial dos recursos culturais e das actividades realizadas em cada município poderão ser valorizadas através da coordenação de políticas e acções no espaço da Associação de Municípios, com uma dupla vantagem: funcionamento em rede que permitirá a partilha de experiências a reunião de recursos e o reforço da coesão interna do espaço Ave; promoção de iniciativas relevantes em matéria cultural com impacto em espaços exteriores ao Vale do Ave, contribuindo assim para o reforço de uma imagem qualificada da região.

Atendendo ao carácter relativamente ligeiro que esta função assumiria no plano intermunicipal, sobretudo de concertação e de promoção de eventos, ela poderia, eventualmente, estabelecer-se no quadro de actuação da própria Associação de Municípios, através da criação de uma unidade orgânica própria – Gabinete para a Animação Cultural do Vale do Ave.

• Formação para a Administração Local

Os novos desafios e exigências que se colocam às autarquias em matéria de desenvolvimento implicam o reforço da sua capacidade técnica quer através do recrutamento de novos elementos com perfis adequados às novas funções (ex: agentes de desenvolvimento) quer através do aperfeiçoamento e da especialização dos quadros existentes. A valorização dos recursos técnicos das autarquias do Vale do Ave poderá, com as vantagens decorrentes do efeito de escala, ser organizada e promovida a nível intermunicipal, sob a responsabilidade da AMAVE.

Em síntese, o quadro seguinte apresenta as funções a assumir a nível intermunicipal, respectivas formas de enquadramento, entidades envolvidas e principais implicações de natureza organizativa.

A construção deste novo tecido organizativo e institucional no Vale do Ave tem implicações importantes na estrutura e organização da AMAVE e dos municípios.

A AMAVE assume-se, de acordo com este plano, enquanto elemento dinamizador

FUNÇÕES DE NÍVEL SUPRAMUNICIPAL E RESPECTIVAS IMPLICAÇÕES

Funções de nível supramunicipal	Enquadramento	Entidades envolvidas	Implicações
Planeamento estratégico	AMAVE	Câmaras Municipais da NUT Ave	Reforço técnico da AMAVE e das Câmaras Municipais neste domínio; reforço das dinâmicas de concertação entre os Municípios do Vale do Ave; manutenção de uma posição estratégica na abordagem das problemáticas do desenvolvimento do vale do Ave.
Gestão dos programas de apoio a investimentos municipais do 2º QCA	AMAVE	Câmaras Municipais da NUT Ave	Reforço técnico da AMAVE; criação das condições organizativas indispensáveis à gestão dos programas; criação de uma unidade vocacionada especificamente para a gestão dos programas.
Coordenação da execução de projectos intermunicipais	AMAVE	Câmaras Municipais da NUT Ave	Reforço técnico da AMAVE; estabelecimento de modalidades organizativas assentes em parceria com a Administração Central (ex. Agências de Estradas).
Promoção económica	Sociedade anónima	Câmaras Municipais; AMAVE; Associações empresariais; CIDE; Instituições de capital de risco; IAPMEI	Criação de uma nova entidade de tipo Agência de Desenvolvimento Económico; estabelecimento de articulações entre os municípios, a AMAVE e a sociedade a criar em matéria de desenvolvimento económico.
Animação sócio-económica	Associação	Câmaras Municipais; AMAVE; Instituições de solidariedade social	Criação de uma nova entidade; estabelecimento de articulações entre os municípios, a AMAVE e a Associação a criar em matéria de intervenção nos domínios da dinamização socio-económica local.
Saneamento básico	Sociedade anónima	Câmaras Municipais; AMAVE; Outras	Criação de uma nova entidade; estabelecimento de articulações entre os municípios e a nova entidade em matéria de repartição de competências no domínio da exploração de serviços de saneamento básico.
Habitação	Regie cooperativa	Câmaras Municipais; AMAVE; privados	Criação de uma nova entidade; articulação das intervenções entre municípios, Administração Central, privados no domínio da habitação.
Cultura	AMAVE	Câmaras Municipais; AMAVE	Criação no âmbito da AMAVE de um gabinete para a animação cultural do Vale do Ave; articulação das políticas culturais municipais e realização de eventos relevantes a nível supramunicipal.
Formação para administração local	AMAVE	Câmaras Municipais; AMAVE	Levantamento das necessidades de formação, actuais e futuras, junto das Câmaras Municipais do Vale do Ave e da AMAVE e promoção das acções que revolem condições e vantagens para realização a nível supramunicipal (sobretudo acções dirigidas para quadros médios e superiores).

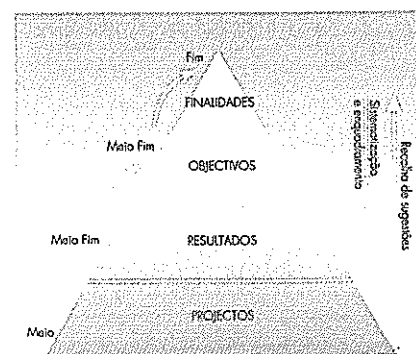
e catalisador do processo de desenvolvimento local. Não só através das funções que se propõe desempenhar directamente, mas também através da sua participação no lançamento de novas instituições. Este reforço de protagonismo terá de ser suportado pelo aumento da capacidade técnica e operacional da Associação de Municípios. Considera-se assim indispensável o reforço técnico da AMAVE nas seguintes volências: desenvolvimento; gestão financeira; obras municipais, cultura. O aumento da capacidade técnica e administrativa terá de ser necessariamente acompanhado pelo reforço da coesão da Associação de Municípios e da sua capacidade de concertação nos planos local, regional e nacional.

Os municípios do Vale do Ave apresentam um quadro organizativo estabelecido em conformidade com as disposições estabelecidas sobre a matéria pelo Decreto Lei Nº 116/84. As funções estão agrupadas, consoante com a dimensão do município, em departamentos e divisões, cobrindo as áreas da Administração, Obras Municipais, Serviços Urbanos, Desenvolvimento Sócio-Económico, Cultura Lazer e Tempo Livres. A consideração de algumas destas funções a nível supramunicipal coloca a necessidade de introduzir alguns ajustamentos em matéria organizativa dos municípios. As alterações a efectuar são sobretudo importantes nas unidades orgânicas responsáveis pelas funções cultura, habitação, desenvolvimento sócio-económico e saneamento básico e deverão orientar-se no sentido de redefinir as áreas de intervenção directa de cada autarquia e a respectiva articulação quer com a AMAVE quer com as demais instituições que vierem a ser criadas no Vale do Ave.

Operacionalização dos objectivos estratégicos de desenvolvimento

A consecução dos objectivos decorre de um conjunto de resultados a atingir, que por sua vez são enquadreadores dos projectos e acções identificados para dar resposta aos problemas detectados nas análises sectoriais e para promover o aproveitamento das potencialidades dos municípios do Vale do Ave. A articulação entre objectivos estratégicos, resultados esperados e projectos de intervenção obedeceu a uma sistematização operada segundo a lógica meio-fim, nos termos representados no esquema ao lado.

Com base neste processo e considerando os objectivos estratégicos de intervenção, os objectivos parcelares decorrentes das análises temáticas efectuadas (formulados enquanto resultados a atingir) e o corpo de projectos identificados com os actores locais, construíram-se os diagramas e os quadros que se apresentam nas páginas seguintes, que corporizam e operacionalizam a estratégia de desenvolvimento.



Construção da estratégia de desenvolvimento segundo uma lógica meio-fim apoiada numa dinâmica interactiva, ascendente e descendente, da recolha e discussão de sugestões, e da sua respectiva sistematização e enquadramento.

O quadro apresentado na página 79 estabelece a estrutura lógica de objectivos de desenvolvimento para o Vale do Ave para o período compreendido entre 1994 e 1999. Sistematiza-os segundo três níveis distintos — finalidade, objectivos, resultados — em que os objectivos correspondem aos objectivos estratégicos apresentados e os resultados aos objectivos parcelares resultantes das análises temáticas.

Os diagramas seguintes, apresentam, por sua vez a desagregação dos resultados em projectos e acções segundo a lógica de construção já referenciada meio-fim.

Finalmente o quadro da página 86 constitui um quadro síntese de estratégia em que além da estrutura lógica de objectivos se apresenta, ainda que a título indicativo, um corpo de indicadores associado à verificação dos objectivos e um conjunto de condições a cumprir para a viabilização da estratégia de desenvolvimento apresentada.

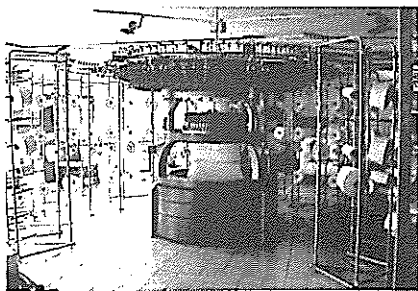
Perante o quadro de situação descrito, que actualiza e completa a leitura efectuada no âmbito dos estudos preparatórios da OID do Ave em 1988, os resultados a atingir deverão ser os seguintes, apresentados de acordo com os domínios do estudo:

• Indústria

Perante a degradação da situação económica e financeira das empresas e a inexistência de sinais evidentes de transformação positiva da situação, será fundamentalmente a obtenção dos seguintes resultados:

▪ Empresas do Sector Têxtil e Vestuário Reestruturadas e Modernizadas — é vital para a região assegurar a reestruturação das empresas mais dinâmicas, viáveis no médio/longo prazo, capazes de uma correcta análise das oportunidades e ameaças que impendem sobre o sector nos planos nacional e internacional. Torna-se neste caso fundamental a criação de um instrumento de política especificamente vocacionado para a modernização da Indústria Têxtil (criação anunciada pela existência do seu antecessor o Pré-PMIT).

▪ Estrutura Produtiva Local Diversificada — torna-se necessário encontrar outras actividades, nomeadamente industriais, mas também de serviços, que compensem



a progressiva perda de posições do sector têxtil e vestuário. O processo de diversificação deverá estruturar-se fundamentalmente numa linha de complementaridade face às actividades existentes, reforçando e diversificando a rede de relações económicas presentes na região. Assume grande importância para a consecução deste resultado, o reforço do sistema SINDAVE.

■ Informação Estratégica e Formação para Empresários e Quadros Superiores – a disponibilização local de informação sobre mercados, produtos, tecnologias, sistema financeiro, sistemas de incentivos que possa ser apropriada e utilizada com sentido estratégico por parte das empresas no quadro de planos de desenvolvimento é fundamental para viabilizar os processos de modernização e reestruturação do tecido produtivo.

• **Serviços de apoio à actividade produtiva**

A estratégia de promoção dos serviços às empresas deverá seguir duas orientações fundamentais:

■ a primeira, particularmente dirigida ao sistema têxtil-vestuário, no sentido da sistematização das condições de competitividade através do reforço e do aumento da coesão de rede de instituições, particularmente das que são orientadas para a prestação de serviços qualificados à indústria têxtil e vestuário (formação, difusão de informação, apoio técnico e tecnológico...)

■ a segunda, de carácter mais horizontal, dirigida à criação de condições locais que permitam a emergência de uma base produtiva mais qualificada e mais diversificada. Constituem componentes desta orientação a formação inicial e contínua de nível médio e superior, a promoção da qualidade ambiental, as políticas de atracção de investimento exógeno, as acções de comunicação e imagem.

Estas duas orientações fundamentais enquadram, por sua vez, dois resultados que deverão ser atingidos no sentido de promover a consolidação do sector de serviços às empresas no Vale do Ave. São os seguintes:

■ Rede de Instituições de Apoio Técnico e Tecnológico Articulada e Reforçada – este resultado deve entender-se segundo uma dupla perspectiva. A do reforço de



cada uma das instituições consideradas individualmente e a do aproveitamento de complementariedades e da resolução de situações de sobreposição e duplicação de competências e funções entre as instituições presentes na rede.

▪ Capacidade de Oferta de Serviços às Empresas Aumentada – considera-se necessário reforçar a capacidade de oferta de serviços às empresas não pela via institucional mas através de iniciativas de natureza privada. A melhoria do nível de serviços poderá ser obtida quer pelo lançamento de iniciativas empresariais cujo objecto seja o de apoiar em termos técnicos e tecnológicos as empresas do Vale do Ave, quer pela inserção, nos níveis superiores das empresas, de técnicos devidamente formados e profissionalmente habilitados a favorecer a respectiva modernização e inovação.



• Recursos Humanos (População, Emprego, Formação)

Uma intervenção em matéria de recursos humanos no Vale do Ave deverá necessariamente estabelecer-se em estreita associação e enquanto contributo decisivo para a consecução dos objectivos de desenvolvimento da região. Haverá portanto que ultrapassar práticas predominantemente assentes em dinâmicas pontuais e desinseridas de uma estratégia para privilegiar, justamente, os programas que se enquadrem numa estratégia de modernização e desenvolvimento do tecido sócio-económico do Ave.

Assim, a formação, inicial e contínua, a promover no Vale do Ave deverá estabelecer-se no quadro do seguinte conjunto de orientações:

- estar intrinsecamente associada à consecução dos objectivos de desenvolvimento da região e constituir um vector fundamental desse processo de desenvolvimento
- organizar-se segundo a lógica da «procura», ou seja, segundo uma linha de orientação que privilegie a resposta concreta às necessidades actuais e previsíveis do tecido sócio-económico local e não segundo a lógica dominante até ao momento, basicamente associada à capacidade de oferta.
- enquadrar-se num conjunto de linhas de orientação estabelecidas no âmbito

de um Plano Director de Formação, a construir a partir de uma rigorosa identificação dos défices de competências profissionais, actuais e previsionais, associadas às dinâmicas de desenvolvimento da região;

- privilegiar uma grande proximidade à região o que implica uma participação activa dos principais actores locais e regionais na modulação das políticas, na aplicação de critérios de selecção de projectos e acções, na avaliação de resultados das próprias acções;

- ser, em termos quantitativos e qualitativos, representativa e qualificante. Ou seja, perante as problemáticas que se colocam ao Vale do Ave em matéria de recursos humanos (situações de reconversão, desemprego, emergência de novas actividades...) a formação a realizar, para ser eficaz, terá de abranger um leque alargado da população activa presente na região e produzir as competências profissionais adequadas aos perfis dos empregos actuais e previsionais;

- conciliar um carácter global (ou seja cobrir os diferentes públicos alvo) com um carácter de intervenção à medida em que a empresa constitui o denominador estruturante das formações a lançar e da respectiva articulação com outras políticas de desenvolvimento da empresa;

- orientar-se no sentido do aperfeiçoamento e da especialização profissional dos activos (formação contínua) da reconversão da população desempregada (formação contínua) e da produção das competências de base que favoreçam o desenvolvimento de qualificações profissionais por parte da população jovem (formação inicial);

- estabelecer-se no âmbito de uma dinâmica de concertação e de negociação que envolva entidades representativas dos empresários, dos sindicatos, dos poderes públicos com responsabilidade em matéria de emprego e formação e dos poderes locais;

- fundamentar-se em informação pertinente, fiável e oportuna sobre as dinâmicas de qualificação e de emprego, de forma a favorecer a gestão e a regulação, em tempo, do sistema de formação e de emprego local;

- alicerçar-se num programa orientado para a produção maciça de competên-

cias profissionais em matéria de engenharia de formação, a concretizar, nomeadamente, através da formação de promotores de formação e de formadores, técnico e pedagogicamente habilitados.

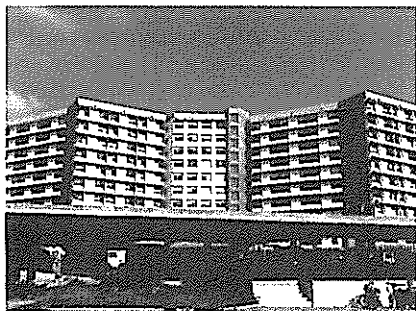
Estas linhas gerais de orientação enquadram o seguinte corpo de resultados:

▪ Capacidade de Produção e Integração de Quadros Médios e Superiores Acrescida – através do incremento do ensino politécnico da consolidação das escolas do ensino profissional e técnico-profissional já existentes e do lançamento de escolas nos concelhos de Póvoa de Lanhoso e de Vieira do Minho.

▪ Formação Dirigida à Qualificação de Activos Mais Eficaz – dirigida à qualificação e à reconversão de activos através da elaboração de um plano director de formação, da multiplicação de programas de formação de formadores e de promotores de formação e ainda do lançamento de um programa de apoio às empresas para a elaboração de planos estratégicos de formação.

▪ Informação sobre a Evolução do Emprego e das Qualificações Difundida – favorecendo o intercâmbio de experiências em matéria de recursos humanos entre os actores locais da região e outros do País e do estrangeiro. Assume, neste caso, particular importância a instalação de um observatório sobre o emprego e as qualificações no Vale do Ave.

69



• Equipamentos

A consideração do conjunto de carências e de potencialidades das actuais redes de equipamentos destes municípios, justifica o atingir dos seguintes resultados gerais na área dos equipamentos colectivos:

▪ Disparidades Intermunicipais em Matéria de Rede de Equipamentos Básicos Diminuída – garantir as condições do seu funcionamento e uma satisfatória irrigação do território em toda a área de intervenção, nomeadamente quanto à melhoria das redes municipais de ensino, ao reordenamento das redes de equipamentos de cuidados primários de saúde, à ampliação da rede de equipamentos e serviços de acção social, reforço das estruturas locais de animação e fomento de actividade cultural.

▪ Rede de Equipamentos Estruturada Supramunicipalmente – nomeadamente

quanto ao aproveitamento de potencialidades existentes nos sectores da saúde, da assistência social e da cultura através de medidas de articulação e de concertação interinstitucional.

■ Centros Urbanos Valorizados e Articulados – através de uma política concertada de equipamentos de nível superior.

A consecução do presente quadro de objectivos deverá considerar um conjunto de recomendações específicas de que se destacam as seguintes:

No domínio da saúde: negociar com a Administração Regional de Saúde o reforço dos equipamentos dirigidos aos cuidados primários de saúde em matéria de recursos humanos;

- dinamizar a constituição de um forum de reflexão regional sobre, nomeadamente, o sistema de saúde, a evolução da saúde pública, a avaliação da funcionalidade e da adequação dos equipamentos ao meio e aos recursos disponíveis, envolvendo a AMAVE, a ARS do Porto e Braga, as Direcções dos Hospitais Distritais e dos Centros de Saúde localizados no Vale do Ave;

- dinamizar as comissões Concelhias de Saúde (Lei de Bases de Saúde) e as Comissões Consultivas de Saúde (Regulamento dos Centros de Saúde);

- negociar com a Administração Central a integração dos concelhos de Vieira do Minho e da Póvoa de Lanhoso nas áreas dos hospitais distritais localizados na área da AMAVE;

- negociar a atribuição ao Hospital Distrital de Guimarães o estatuto de Hospital Regional, abrangendo a área de influência coincidente com os municípios da NUT Ave;

- promover a cooperação inter-hospitalar na área da AMAVE, beneficiando de algumas complementariedades de valências e de recursos humanos que os hospitais distritais aí localizados apresentam.

No domínio da Acção Social: dinamizar a constituição de um forum de reflexão sobre as políticas locais, nomeadamente quanto à assistência às crianças, idosos e deficientes, com a intervenção da AMAVE, dos CRSS do Porto e Braga de Instituições Privadas de Solidariedade Social.

No domínio da cultura: favorecer iniciativas locais de promoção de bibliotecas e

o estabelecimento de uma rede para a cooperação entre as bibliotecas municipais dos concelhos;

- alargar a bibliomédia aos restantes municípios da AMAVE;
- dinamizar uma associação regional de museus e de casas-museus para o desenvolvimento de projectos inter-museus, nomeadamente nos domínios da divulgação das artes plásticas, da investigação e da formação.



• Habitação

A problemática da habitação não se circunscreve às áreas metropolitanas, mas pelo contrário, deverá ser encarada como uma componente importante da política de desenvolvimento regional.

Nesta perspectiva, considera-se indispensável o alargamento do programa recentemente anunciado pelo Governo, para o realojamento das famílias em barracas e de apoio à construção de habitação económica para as Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto, a todos os municípios e regiões com carências significativas neste domínio.

Por outro lado, a dinamização do sector da construção civil constitui um importante instrumento de política económica de base endógena, particularmente pertinente em contextos de combate à crise como a que se depara no Vale do Ave.

Perante o quadro de situação descrito, emerge enquanto resultado fundamental a atingir pelas intervenções a desenvolver neste domínio, o seguinte:

▪ Condições Urbanas e Habitacionais Melhoradas – através de programas de reabilitação habitacional, do apoio à auto-construção e da dinamização do sector de produção de habitação apoiada a custos controlados (de iniciativa cooperativa e privada) de forma a satisfazer as carências existentes e a contribuir para o relançamento da actividade de construção civil local.



• Ambiente

Os resultados fundamentais, orientadores da intervenção em matéria de saneamento básico e ambiente no vale do Ave que deverão ser obtidos são os seguintes:

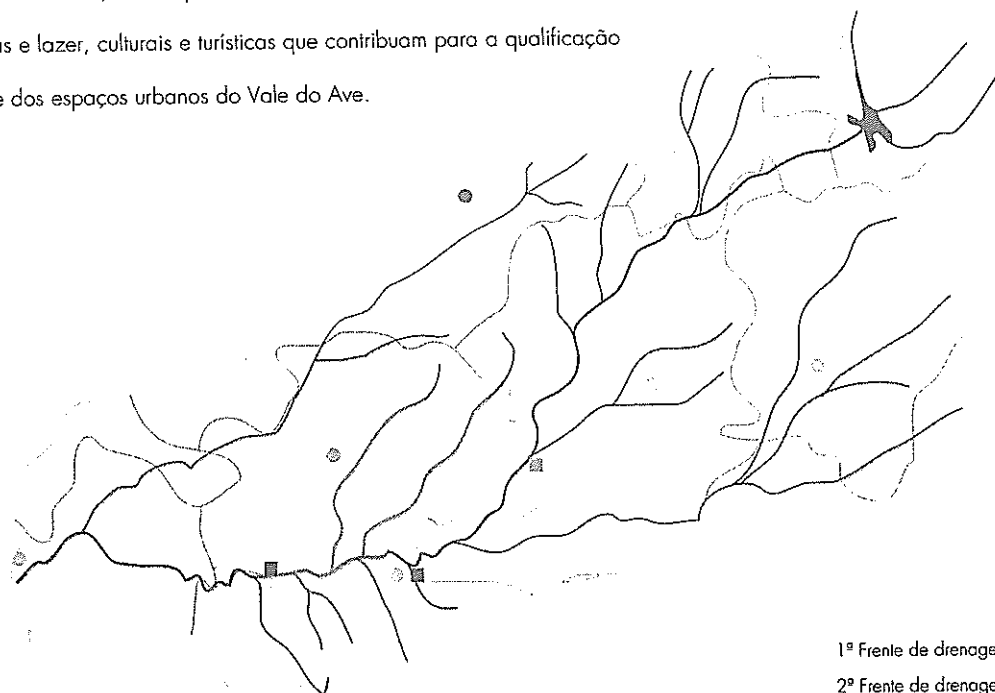
▪ Nível de Atendimento e Qualidade do Serviço de Distribuição de Água Acrescido – quer através da realização dos investimentos adequados nos sistemas estruturantes de captação e de adução, quer a nível municipal, através da elaboração e execução de projectos de redes locais de distribuição de água.

▪ Nível de Atendimento e Qualidade do Serviço de Drenagem de Águas Residuais Incrementado – quer pela realização da segunda fase dos investimentos no «Grande Sistema de Despoluição do Ave» quer pela realização das redes locais de drenagem de águas residuais domésticas e industriais, indispensáveis à imediata rentabilização dos elevados investimentos no «Grande» sistema de despoluição.

▪ Nível do Serviço de Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos Melhorado – através da conclusão da central de tratamento de RSU, do estudo e lançamento dos aterros complementares e da salubridade das envolventes às actuais lixeiras municipais, da optimização dos circuitos e da modernização do equipamento de recolha e de transporte.

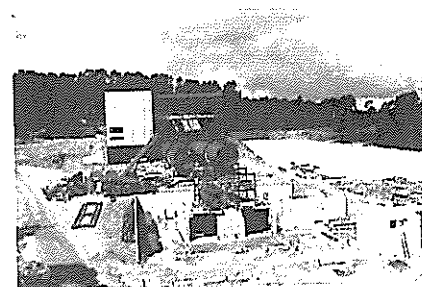
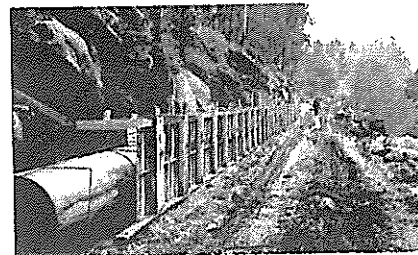
▪ Recursos Naturais e Ambientais Protegidos e Valorizados – através de medidas de prestação e valorização das potencialidades existentes, no quadro de actividades recreativas e lazer, culturais e turísticas que contribuam para a qualificação das zonas rurais e dos espaços urbanos do Vale do Ave.

- ETAR - AGRA
- ETAR - RABADA
- ETAR - GONDAR



Sistema integrado de despoluição do Rio Ave.

- 1ª Frente de drenagem e tratamento
- 2ª Frente de drenagem e tratamento
- 3ª Frente de drenagem e tratamento





• Infraestruturas de transporte

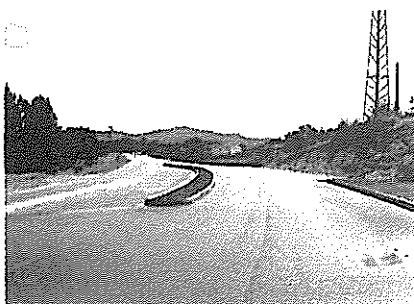
Perante o diagnóstico de situação, que repete no essencial a análise já realizada no âmbito dos estudos preparatórios da OJD, constituem-se como resultados da intervenção no Vale do Ave em matéria de infraestruturas de transporte os seguintes:

▪ Estudos Estratégicos para o Sector dos Transportes Elaborados – o estudo para o Vale do Ave de um conceito de transportes consistente, que englobe os modos rodó e ferroviários, que seja adaptado à diversidade de situações em causa e capaz de responder à evolução que o mercado de emprego venha a registar. Pretende-se dotar a área de um serviço que responda também às carências de mobilidade no interior dos centros urbanos de maior dimensão, sem esquecer as ligações interurbanas e destas com a região

▪ Rede Viária Principal e Complementar Nacional do Vale do Ave e de Ligação com o Exterior Construída e Renovada – pretende-se acelerar o ritmo de intervenção ao nível da construção da rede nacional de IP's e IC's previstos no actual Plano Rodoviário, como forma de melhorar tanto a acessibilidade interna do Vale do Ave, como das suas ligações ao espaço regional mais próximo (AMP e Alto Minho) e por acréscimo aos eixos nacionais e internacionais mais importantes.

▪ Rede Viária Complementar Nacional Interior ao Vale do Ave e Ligações ao Exterior Construída e Renovada – a importância de que se reveste na actual fase de desenvolvimento da rede viária nacional o conjunto das estradas nacionais existentes, aliada às grandes dificuldades de circulação principalmente no atravessamento das áreas urbanas, levou a JAE a desenvolver um ambicioso programa de Variantes (Urbanas) que se adaptam ao modelo territorial do Ave e às carências de mobilidade existentes, e cuja importância será decisiva para a melhoria do quadro ambiental dos principais pólos urbanos do Ave, assim como terá um contributo determinante do modo de operação dos transportes em geral.

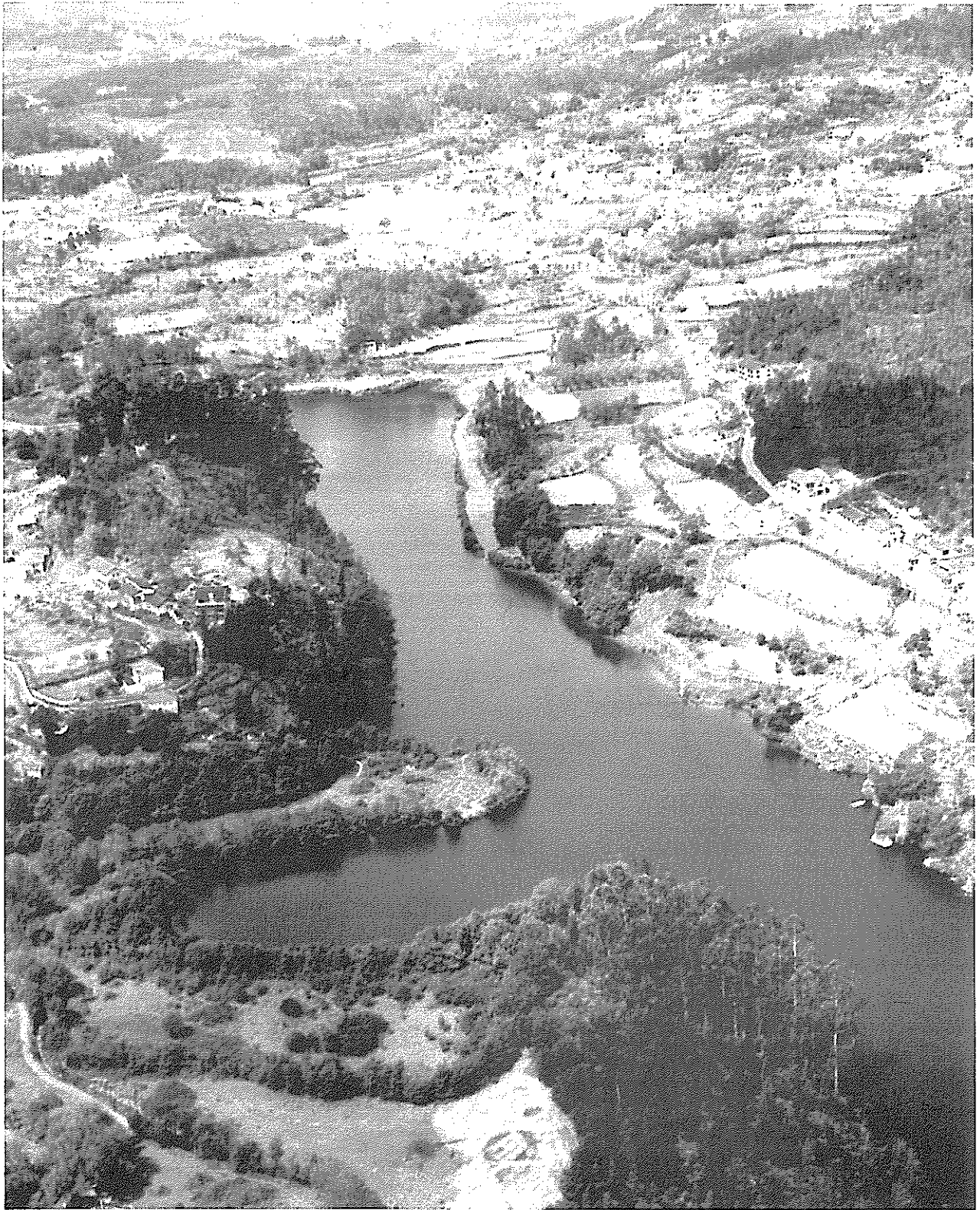
▪ Rede Viária Secundária de Importância Inter-municipal Ampliada e Melhorada – em face da debilidade e da relativa pouca extensão quilométrica da Rede Viária Secundária actualmente existente no Vale do Ave, é grande o leque de propostas

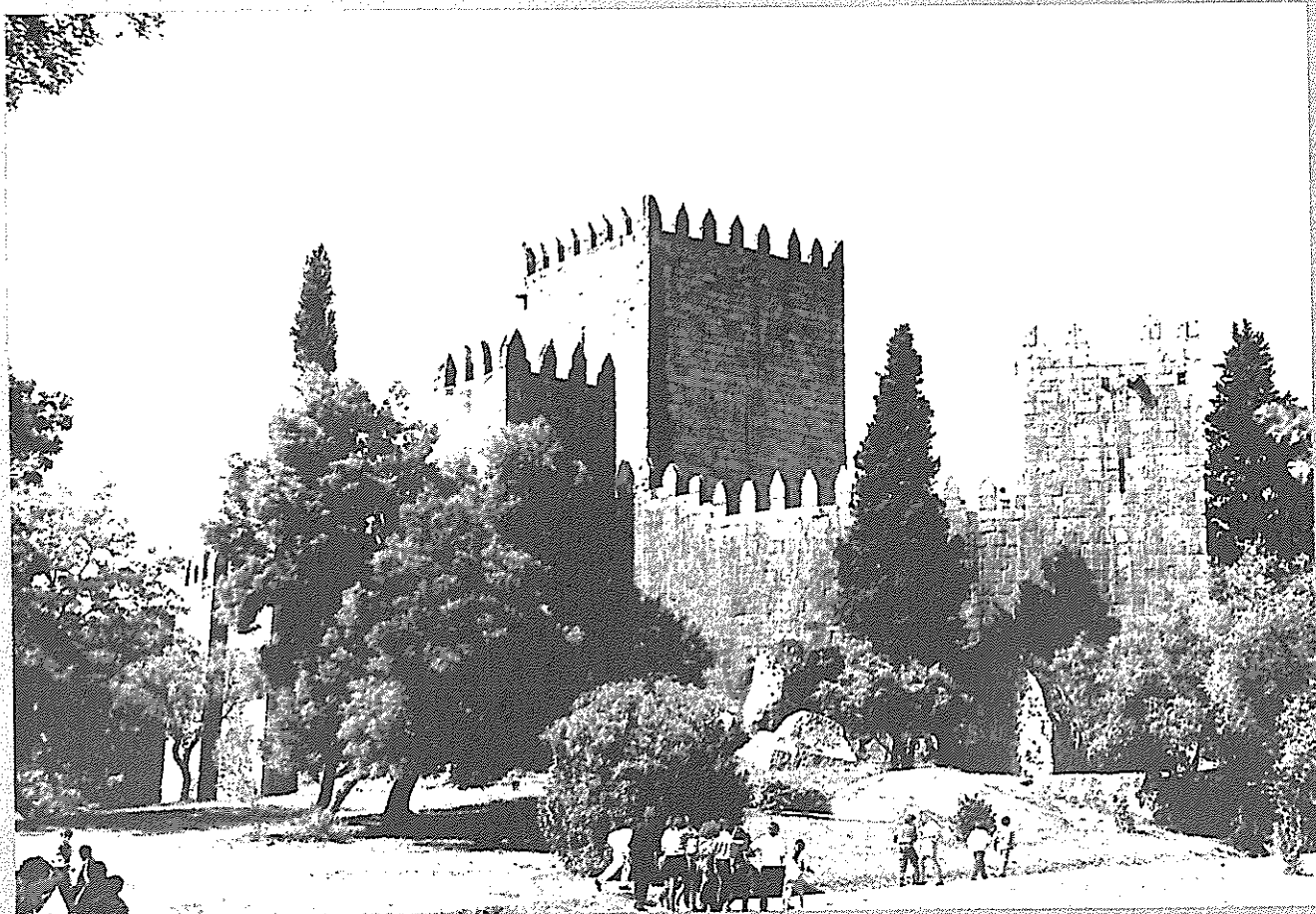


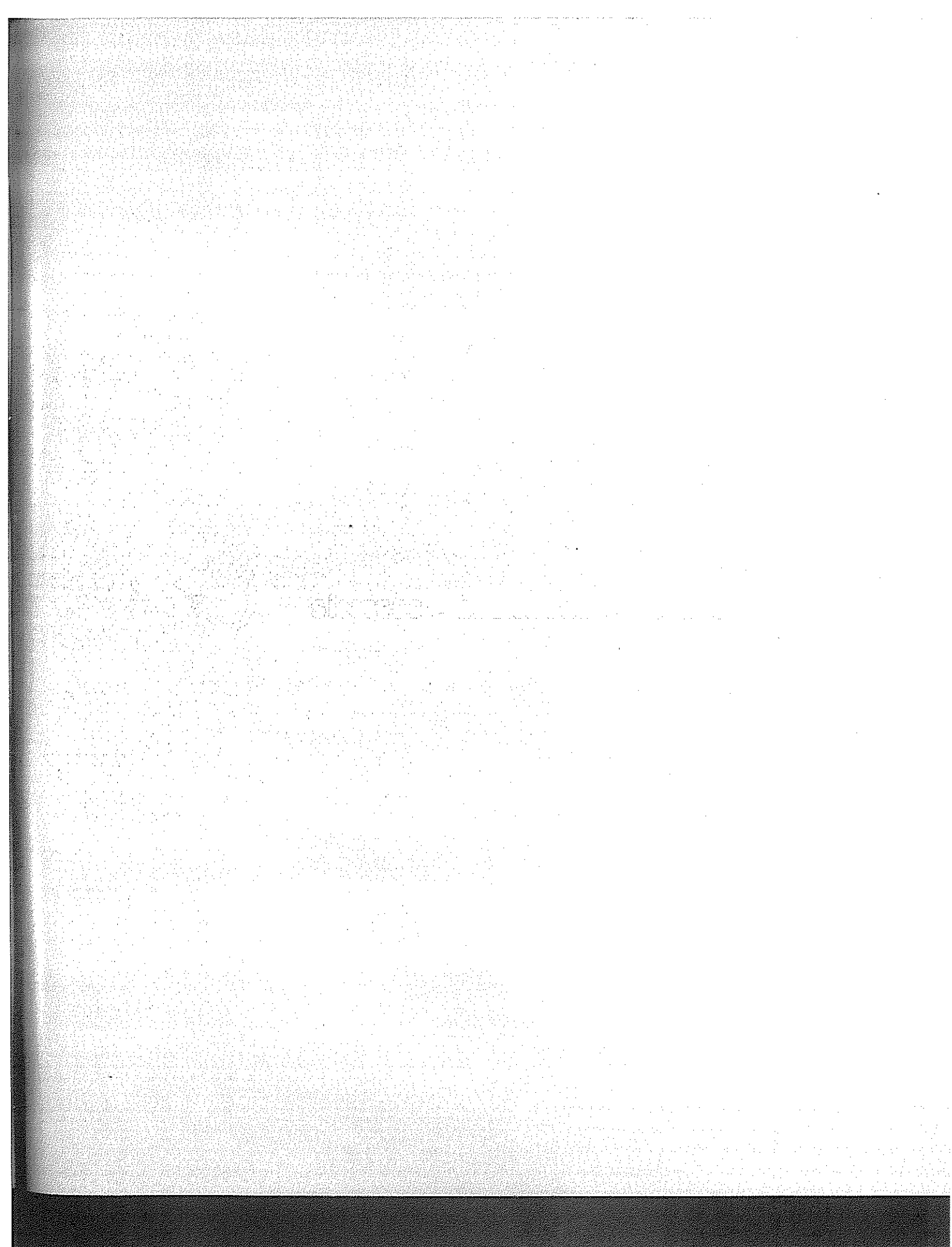
de novas ligações de relevante importância (inter)municipal identificadas nos PDM's.

▪ Gestão da Rede Viária Secundária Interna Assegurada Eficazmente – visa dotar cada um dos oito Municípios que integram a AMAVE, de um pacote financeiro a aplicar na ampliação e conservação das redes estritamente municipais, segundo critérios de prioridade definidos por cada Câmara Municipal, sem que para tal fique obrigada à apresentação de candidaturas para cada obra, desde que essas obras constem das propostas de cada um dos PDM's .











FINALIDADE

QUALIFICAR O VALE DO AVE
ENQUANTO ESPAÇO VITALIZADO COESO E ATRATIVO

OBJECTIVOS

1
Promover o ajustamento do sistema
produtivo local às novas condições
de competitividade

2
Reforçar a coesão interna
e territorial do Vale do Ave

3
Relançar a imagem qualificando
o sistema urbano difuso

4
Melhorar as condições instrumentais
de intervenção e concertação

RESULTADOS

Empresas Sector Têxtil e
Vestuário reestruturadas e
modernizadas

Estrutura produtiva local diver-
sificada

Informação estratégica e for-
mação para empresários e
quadros superiores

Rede de Instituições de apoio
técnico e tecnológico articu-
lada e reorientada

Capacidade de oferta de ser-
viços às empresas aumentada

Capacidade de produção e
de integração de quadros
médios e superiores acrescida

Formação dirigida à qualifi-
cação e reconversão de activos
mais eficaz

Informação sobre evolução
do emprego e das qualifi-
cações difundida

Rede viária principal e
complementar nacional do
Vale do Ave e de ligação ao
exterior construída e renovada

Rede de equipamentos do
Vale do Ave estruturada
supramunicipalmente

Centros urbanos valorizados e
articulados

Rede viária complementar
nacional interior ao Vale do
Ave e ligações ao exterior
construídas e renovadas

Rede viária secundária de inter-
resse intermunicipal ampliada
e melhorada

Estudos estratégicos sobre o
sector dos transportes no Vale
do Ave elaborados

Base produtiva dos Municí-
pios mais deprimidos robuste-
cida e criação de novos
empregos

Disparidades intermunicipais
em matéria de rede de equi-
pamentos básicos diminuídas

Condições urbanas e habita-
cionais do Vale do Ave
melhoradas

Nível de atendimento e quali-
dade do serviço de distribui-
ção de água aceites

Nível de atendimento e quali-
dade do serviço de drenagem
de águas residuais incremen-
tados

Nível de serviço de recolha e
de tratamento de resíduos sólidos
urbanos melhorado

Recursos naturais e ambientais
protegidos e valorizados

AMAVE técnica e institucional-
mente reforçada

Gestão da rede viária secun-
dária interna ampliada e
assegurada eficazmente

Políticas locais de desenvolvi-
mento dos recursos humanos
concertadas e coordenadas

Gestão dos serviços de sonea-
mento básico assegurado
supramunicipalmente

Promoção económica do Vale
do Ave assegurada através
da criação de organização
empresarial própria

Capacidade de intervenção
em matéria de animação de
processos de desenvolvimento
local robustecida

OBJECTIVO 1 • PROMOVER O AJUSTAMENTO DO SISTEMA PRODUTIVO LOCAL AS NOVAS CONDIÇÕES DE COMPETITIVIDADE

- Empresas Sector Têxtil e Vestuário reestruturadas e modernizadas.
- Estrutura produtiva local diversificada.
- Informação e formação estratégica para empresários e quadros superiores.
- Rede de Instituições de apoio técnico e tecnológico articulada e reforçada.
- Capacidade de oferta de serviços às empresas aumentada.
- Capacidade de produção e integração de quadros médios e superiores acrescida.
- Formação dirigida à qualificação e reconversão de activos mais eficaz.
- Informação sobre o Emprego e as qualificações difundida.
- Rede viária principal e complementar nacional interior ao Vale do Ave e de ligação ao exterior construída e renovada.
- Observatório para o acompanhamento da situação financeira e estratégica das empresas (têxteis e não têxteis) do Vale do Ave.
- Estudo Estratégico de Identificação de actividades alternativas para as quais o Vale do Ave. apresenta potencialidades para competir nos mercados externo e interno.
- Estudo sobre as potencialidades e condições de valorização das áreas de dominante rural.
- Zonas industriais de 2ª geração devidamente infraestruturadas e dotadas de serviços logísticos e técnicos de apoio às empresas.
- Outras iniciativas de apoio à actividade económica.
- Programa de «Management Development».
- Formação e apoio à inserção nas empresas de agentes de inovação técnica e tecnológica.
- Ninho de Empresas.
- Reforço das instituições de Interface Universidade/Empresas e de outras instituições de apoio técnico e tecnológico à indústria.
- Reforço institucional do CIDE.
- Instituto Politécnico do Vale do Ave.
- Reforço do Ensino Profissional e Técnico Profissional.
- Reforço institucional do CIDE.
- Plano Director de Formação.
- Programa de Apoio às empresas para a elaboração de Planos Estratégicos de Formação.
- Programa de Formação de Formadores.
- Programa de Formação de Promotores de Formação.
- Observatório sobre o Emprego e as qualificações do Vale do Ave.
- Programa de informação, sensibilização e promoção do tema Recursos Humanos no Vale do Ave.
- Sub-lanço da Auto-Estrada A3 Cruz/Braga Sul.
- Troço entre Pinheiro, Póvoa do Lanhoso (N205) e Cerdeirinhas, Vieira do Minho (N304).
- Troço entre Guimarães (IC5) e Lousada (limite do concelho).
- Troço entre Braga (limite do concelho) e Guimarães (A7).
- Troço entre Guimarães/Fafe (A7) e Felgueiras (limite do concelho).
- Sub-lanço da Auto-Estrada A7 Ceide/Nó do Ave e ligação às N310 e VIM.
- Sub-lanço da Auto-Estrada A7 Nó do Ave/N206 e ligação à cidade de Guimarães.
- Troço entre Famalicão (N14) e P. Varzim (limite do concelho).
- Troço entre Braga (limite do concelho) Pinheiro, Póvoa do Lanhoso (N205).

OBJECTIVO 2 • REFORÇAR A COESÃO INTERNA E TERRITORIAL DO VALE DO AVE

- Rede de equipamentos do vale do Ave estruturada supramunicipalmente.
 - Estudo conjunto de reavaliação das cartas escolares municipais.
 - Estudo da rede de Centros de saúde do Ave
 - Estudo da rede intermunicipal de equipamentos de apoio aos deficientes e à reabilitação.
 - Museu Regional da Indústria.
 - Programa de cooperação no domínio do ensino artístico.
 - Programa de instalação de «Hóteis industriais».
 - Gabinete para animação cultural do Vale do Ave.
- Centros urbanos valorizados e articulados.
 - Novo Hospital Distrital de Santo Tirso
 - Reforço da rede de «Complexos Desportivos».
 - Criação de equipamentos desportivos de competição.
 - Reforço da rede de pólos de desenvolvimento de actividades artísticas e culturais.
 - Criação de uma rede de Salas de Espectáculos Municipais.
- Rede viária complementar nacional interior ao Vale do Ave e ligações ao exterior construída e renovada.
 - Variante urbana de Guimarães (2ª fase).
 - Variante urbana a poente de Famalicão entre o IC5 e o IP1 (Cruz).
 - Ligação da A7 (nó de Famalicão) à cidade (N14).
 - Passagem desnivelada da N105 ao CF em Vila das Aves - RCM 43/90.
 - Rectificação / beneficiação da N207 entre Póvoa do Lanhoso (N205) e Fafe (variante à N206).
 - Rectificação / beneficiação da N207 entre Fafe (Circular Sul) e Felgueiras (limite concelho).
 - Variante à N205 a nascente da Póvoa de Lanhoso e de ligação ao IC14.
 - Rectificação/beneficiação da N205 entre Póvoa de Lanhoso e Cabeceiras de Basto (limite concelho).
 - Variante urbana de Fafe e ligação à Via Circular e à N206 (limite nascente do concelho).
 - Variante entre Guimarães e Fafe (limite concelho).
 - Acesso ao IC24 em Água Longa/Agrela.
 - Variante Urbana de Santo Tirso à N195 - RCM 43/90.
 - Variante à N204 entre Santo Tirso e Famalicão (IC5).
 - Variante urbana de Santo Tirso e ligação à cidade - RCM 43/90.
 - Variante urbana da Trofa - RCM 43/90).
 - Variante urbana entre a Trofa e Ribeirão (IC5).
 - Rectificação / beneficiação da N304 entre Vieira do Minho e Rossas (N205).
 - Variante à N304 a sul da Vila de Vieira do Minho e de ligação ao IC14.
- Rede viária secundária de interesse intermunicipal ampliada e melhorada.
 - Via intermunicipal (VIM) entre Vizela e Joane.
 - Circular urbana a norte da Trofa entre a N104 e a N14.
 - Rectificação / beneficiação da M526 entre Serradela e Ruivões (IC14).
 - Rectificação / beneficiação da N309 entre as N's 206 e 14 e ligação à A3 (Cruz).
 - Circular urbana à N206 a sul de Joane e ligação da VIM.
 - Circular urbana nascente de Famalicão, entre as N's 204, 206 e 14.
 - Ligação da Variante à N204 em Avidos ao IC5 (nó de Ceide).
 - Melhoria das condições de operação e de segurança na rede viária secundária no Vale do Ave.
 - Beneficiação geral de toda a rede de EN's (principalmente as que serão a desclassificar).
 - Variante à N310 entre Lama (Variante à N204), Delães e Pevidém (N206).

OBJECTIVO 2 • REFORÇAR A COESÃO INTERNA E TERRITORIAL DO VALE DO AVE

- Variante à N204-5 entre Lordelo /V. Aves (N105) e Bairro (N310)
 - Fecho da N309 entre Briteiros (N310) e Moreira de Reis (N311)
 - Fecho da N304 entre Lameiras e o IC5.
 - Variante às N's 101 e 310 nas Taipas (1ª fase).
 - Circular urbana de Vizela à N106 - RCM 43/90.
 - Variante à N310 nas Taipas (2ª fase).
 - Ligações do pólo do Ave do PCTP às N's 101 e 310.
 - Rectificação / recuperação da M644 entre a N105 e VIM..
 - Circular urbana a Sudeste da cidade de Guimarães, entre a N105, a N101-2 e N206.
-
- Estudos Estratégicos sobre o sector dos transportes no Vale do Ave elaborados.
 - Base produtiva dos Municípios mais deprimidos robustecida e criação de novos empregos.
- Criação da «Agência de Estradas do Ave» - AEA.
 - Papel da linha ferroviária do Minho em relação ao Vale do Ave e à AMP, designadamente quanto à localização de equipamentos estruturantes.
 - Potencialidades e vocação das linhas ferroviárias de Guimarães e da Póvoa.
 - Evolução do transporte público rodoviário no Vale do Ave.
 - Reclassificação da rede viária intermunicipal e municipal nos oito concelhos do Vale do Ave.
 - Associação para a dinamização sócio-económica do Vale do Ave e para o desenvolvimento local.
 - Acção de formação de animadores de desenvolvimento local.

82

OBJECTIVO 3 • RELANÇAR A IMAGEM QUALIFICANDO O SISTEMA URBANO DIFUSO

- Disparidades intermunicipais em matéria de rede de equipamentos básicos diminuída.
- Reestruturação das redes municipais de ensino primário e pré-primário.
 - Programa de formação para educadoras de infância e auxiliares das escolas pré-primárias.
 - Apetrechamento das escolas pré-primárias e primárias com equipamento e material pedagógico e cantinas.
 - Ampliação, modernização e melhoramento de escolas dos 2º e 3º ciclos do ensino básico e secundário
 - Construção de escolas do 2º e 3º nível do ensino básico e secundário.
 - Reforço das redes municipais de transporte escolar.
 - Ampliação da rede de equipamentos desportivos de formação ligados às escolas do ensino básico e secundário.
 - Reforço das redes municipais de equipamentos dirigidos à primeira infância.
 - Reforço das redes municipais de centros de Actividade de Tempos Livres para crianças.
 - Reforço das redes municipais de centros de Actividade de Tempos Livres para jovens.
 - Reforço da rede de equipamentos dirigidos a idosos.
 - Reforço da rede de equipamentos de saúde dirigidos aos cuidados primários de saúde.
 - Ampliação das redes municipais de equipamentos desportivos de formação.
 - Programa de formação de animadores desportivos municipais.
 - Reforço da rede de centros de apoio à juventude.
 - Ampliação da rede de Bibliotecas Municipais de Leitura Pública no Ave.

- Condições urbanas e habitacionais do Vale do Ave melhoradas.
 - Reforço da rede de centros culturais localizados fora das sedes de concelho.
 - Programa de recuperação ou reabilitação de imóveis e de conjuntos edificados com interesse patrimonial.
- Apoio ao levantamento das famílias em barracas ou em outros alojamentos improvisados e tratamento informático dos Ficheiros de Procura de Habitação.
 - Reabilitação de habitação degradada em zonas históricas.
 - Oferta de solo infraestruturado para apoio à Auto-Construção.
 - Estudo de viabilidade para a criação de uma «Régie».
 - Cooperativa de Urbanização e Promoção de Habitação Social e Económica no Vale do Ave.
- Nível de atendimento e qualidade do serviço de distribuição de água acrescidos.
 - Subsistema Norte: Sistema de abastecimento em alta a partir do Cávado
 - Ampliação e renovação de sistemas de abastecimento de água em baixa no concelho da Póvoa do Varzim.
 - Ampliação e renovação de sistemas de água em baixa no Concelho de Vila do Conde.
 - Ampliação e renovação de sistemas de abastecimento de água em baixa no Concelho de Santo Tirso.
 - Ampliação e renovação de sistemas de abastecimento de água em baixa no Concelho de Vila Nova de Famalicão.
 - Reforço do sistema de abastecimento de água em alta. Ampliação e renovação de sistemas de abastecimento de água em baixa no concelho de Guimarães e regularização dos caudais do Rio Selho e Ribeira de Couros.
 - Ampliação e renovação de sistemas de abastecimento de água no Concelho de Fafe a partir da Barragem de Queimadela.
 - Ampliação e renovação de sistemas de abastecimento de água no Concelho de Póvoa do Lanhoso.
 - Cadastro do sistema de abastecimento de água ao Concelho de Póvoa do Varzim.
 - Cadastro do sistema de abastecimento de água ao Concelho de Vila do Conde.
 - Cadastro do sistema de abastecimento de água ao Concelho de Santo Tirso.
 - Cadastro do sistema de abastecimento de água ao Concelho de Vila Nova Famalicão.
 - Cadastro do sistema de abastecimento de água ao Concelho de Guimarães
 - Cadastro do sistema de abastecimento de água ao Concelho de Fafe
 - Cadastro do sistema de abastecimento de água ao concelho da Póvoa do Lanhoso
 - Cadastro do sistema de abastecimento de água ao concelho de Vieira do Minho
 - Estudo de organização e gestão de sistemas de abastecimento de água
 - Programa de formação especializada para apoio ao funcionamento e gestão dos sistemas de abastecimento de água.
- Nível de atendimento e qualidade do serviço de drenagem de águas residuais incrementados.
 - Grande sistema de drenagem, tratamento e rejeição de águas residuais no Médio Ave (2ª fase).
 - Tratamento e rejeição de águas residuais no litoral da Póvoa do Varzim e de Vila do Conde
 - Drenagem, tratamento e rejeição de águas residuais nas zonas menos densamente povoadas dos Concelhos da Póvoa de Varzim e de Vila do Conde.
 - Ampliação e renovação de sistemas de drenagem de águas residuais no Concelho de Póvoa de Varzim.
 - Ampliação e renovação de sistemas de drenagem de águas residuais no Concelho de Vila do Conde.

- Ampliação e renovação de sistemas de drenagem de águas residuais no Concelho de Santo Tirso.
 - Ampliação e renovação de sistemas de drenagem de águas residuais no Concelho de Vila Nova de Famalicão.
 - Ampliação e renovação de sistemas de drenagem de águas residuais no Concelho de Guimarães.
 - Ampliação e renovação de sistemas de drenagem de águas residuais no Concelho de Póvoa do Lanhoso.
 - Ampliação e renovação de sistemas de drenagem de águas residuais no Concelho de Vieira do Minho.
 - Ampliação e renovação de sistemas de drenagem de águas residuais no Concelho de Fafe e construção dos novos sistemas do rio Vizela e rio Ferro.
 - Cadastro do sistema de drenagem do Concelho da Póvoa de Varzim.
 - Cadastro do sistema de drenagem do Concelho de Vila do Conde.
 - Cadastro do sistema de drenagem do Concelho de Santo Tirso.
 - Cadastro do sistema de drenagem do Concelho de Vila Nova de Famalicão.
 - Cadastro do sistema de drenagem do Concelho de Guimarães.
 - Cadastro do sistema de drenagem do Concelho de Fafe.
 - Cadastro do sistema de drenagem da Póvoa do Lanhoso.
 - Cadastro do sistema de drenagem do Concelho de Vieira do Minho.
 - Estudo de organização e gestão de sistemas de drenagem, tratamento e destino final das águas residuais.
 - Programa de formação especializada para apoio ao funcionamento e gestão dos sistemas de drenagem, tratamento e destino final das águas residuais.
-
- Nível de serviço de recolha e tratamento de resíduos sólidos urbanos melhorados.
 - Aquisição de equipamento de colecta para o Concelho de Póvoa de Varzim.
 - Aquisição de equipamento de colecta para o Concelho de Vila do Conde.
 - Aquisição de equipamento de colecta para o Concelho de Santo Tirso.
 - Aquisição de equipamento de colecta para o Concelho de Vila Nova de Famalicão.
 - Aquisição de equipamento de colecta para o Concelho de Guimarães.
 - Aquisição de equipamento de colecta para o Concelho de Fafe.
 - Aquisição de equipamento de colecta para o Concelho de Vieira do Minho.
 - Aquisição de equipamento de colecta para o Concelho de Póvoa do Lanhoso.
 - Destino final dos resíduos sólidos urbanos do Concelho de Póvoa do Lanhoso.
 - Destino final dos resíduos sólidos urbanos nos concelhos de Fafe, Guimarães, Santo Tirso, Vila Nova de Famalicão.
 - Encerramento e recuperação das lixeiras existentes.
 - Estudo de optimização de circuitos de colecta nos principais centros urbanos.
 - Destino final dos resíduos sólidos urbanos no Concelho de Póvoa do Lanhoso.
 - Destino final dos resíduos sólidos urbanos no Concelho de Vieira do Minho.
 - Estudo de organização e gestão de sistemas de colecta, transporte, tratamento e destino final de resíduos sólidos urbanos.
-
- Recursos naturais e ambientais protegidos e valorizados.
 - Construção, renovação e/ou ampliação de parques e espaços verdes urbanos.
 - Ordenamento e regularização de envoltórios de albufeiras e cursos de água.
 - Parques e reservas naturais cinegéticas.

OBJECTIVO 4 • MELHORAR AS CONDIÇÕES INSTRUMENTAIS DE CONCERTAÇÃO E PROMOÇÃO

- AMAVE técnica e institucionalmente reforçada.
- Gestão da rede viária secundária interna ao Vale do Ave assegurada eficazmente.
- Gestão empresarial dos serviços de saneamento básico assegurada supra-municipalmente.
- Políticas locais em matéria de desenvolvimento de recursos humanos concertada e coordenada.
- Promoção económica do Vale do Ave assegurada através de criação de organização empresarial própria.
- Capacidade de intervenção em matéria de animação de processos de desenvolvimento local robustecida.
- Gabinete para a animação cultural do Vale do Ave
- Criação da Agência de Estradas do Ave
- Sociedade para a exploração e gestão dos serviços de saneamento básico
- Gabinete de apoio ao desenvolvimento dos recursos humanos no Vale do Ave (GADERHA)
- Estudo de viabilidade para a criação de uma empresa para a promoção económica do Vale do Ave.
- Acções de comunicação, publicidade e imagem do Vale do Ave.
- Associação para a dinamização socio-economica do Vale do Ave e para o desenvolvimento local.
- Acção de formação de animadores de desenvolvimento local.

MATRIZ SINTÉTICA DE ENQUADRAMENTO LÓGICO DE OBJECTIVOS

ESTRUTURA DE OBJECTIVOS		RESPONSABILIDADE	INDICADORES DE VERIFICAÇÃO	CONDIÇÕES DE VIABILIZAÇÃO
FINALIDADE	Qualificar o Vale do Ave enquanto espaço vitalizado, coeso e atractivo nas suas dimensões territorial, económica e sócio-cultural		Adm. Local Privados Central	- Disponibilização dos meios financeiros adequados à viabilização do programa de desenvolvimento do Vale do Ave, nomeadamente através do reforço da quota no II QCA - Política industrial que promova a reestruturação do sector têxtil e vestuário e, simultaneamente, apoie o processo de diversificação do tecido produtivo local - Consideração do Vale do Ave enquanto região prioritária de atracção, no plano nacional, do Investimento Directo Estrangeiro - Políticas monetária e cambial menos penalizadoras da indústria local, particularmente da de vocação exportadora - Negociação do desmantelamento do acordo multilíngas que, envolvendo o conceito de dumping social, fortalecendo os regatos do GAIT e estabelecendo os países em vias de desenvolvimento. - preveja o controle centralizado das quotas de importação no quadro de uma concertação de políticas de mercado - Política de Segurança Social que apoie a reestruturação industrial subsidiando os relatórios antecipados e os despedimentos, criando alternativas socialmente úteis de integração destas populações e evitando o desenvolvimento de efeitos perversos - Política de Concertação Social que favoreça a reestruturação e a modernização industrial - Política de Formação Profissional orientada para a resposta a necessidades actuais e previsionais do tecido sócio-económico, dirigida à empresa e estruturada a partir dos seus níveis superiores de responsabilidade - Alongamento do programa de reaquecimento e de constituição de habitação económica aos concelhos do Vale do Ave mais carenciados - Reforço do tecido associativo local e da sua articulação de forma a constituir uma força representativa da região - Reforço da coesão e da capacidade de concertação e coordenação de políticas e acções entre os municípios que compõem a AMAVE e, particularmente, a NUT Ave - Reforço da cooperação entre os municípios, associações de municípios e a Administração Central através do desenvolvimento de formas adequadas de contabilização - Preparação atempada de programas e de projectos - Consideração, por parte da Administração Central, da AMAVE enquanto entidade representativa e dinamizadora do processo de desenvolvimento do Vale do Ave e consequente responsabilização enquanto entidade gestora dos programas do PDR dirigidos ao Vale do Ave - Reforço da capacidade organizativa, técnica e de gestão da AMAVE e dos municípios
OBJECTIVOS	I.	Promover o ajustamento do sistema produtivo local às novas condições de competitividade	Privados, Adm. Central	- evolução do VAB Ave/VAB continente - evolução das exportações Ave/exportações continente - evolução do emprego Ave/emp. continente - evolução dos níveis de remuneração e rendimentos familiares - nº de empresas criadas - valor de IDE no total do investimento - evolução do coeficiente de atracção repulsa - nº de eventos culturais de relevo supramunicipal - evolução do tempo médio da deslocação entre os principais centros do Ave
	II	Reforçar a coesão interna e territorial do Vale do Ave	Privados, Adm. Central Adm. Local, Adm. Central	- nº de empresas têxtil e vestuário apoiadas - evolução do material/material - evolução do indicador atracção/repulsa entre os municípios de montante e do médio Ave - investimento público por habitante nos municípios do Ave - evolução de indicadores de dotação de equipamentos colectivos (do tipo do indicador do CEPAT) - distribuição espacial de criação de novas empresas industriais e serviços no âmbito da área da AMAVE - captação de impostos sobre o rendimento - distribuição espacial do nº activos desempregados - evolução do nº de iniciativas supra e inter-municipais envolvendo os municípios das áreas desprimidas - nº de lugares objecto de recuperação urbanística e infraestruturados - nº kms de passagens construídos - nº de intervenções e investimentos em recuperação do património construído - evolução da massa de população residente em áreas de povoamento disperso - evolução do volume de licenças de construção nessas mesmas áreas - investimento municipal e central nestas mesmas áreas - indicadores de qualidade de vida: saneamento básico, labastecimento de água, resíduos sólidos, tratamento de efluentes - despesa municipal cultural per capita - nº de artigos e reportagens sobre o Vale do Ave em imprensa especializada - nº quadros técnicos superiores na AMAVE - nº de instituições consultadas com o envolvimento da AMAVE - nº de iniciativas desenvolvidas conjuntamente
	III	Reforçar a imagem qualificando o sistema urbano d-luzo	Adm. Local, Adm. Central	- nº de projectos de reestruturação e modernização apoiados - montante do investimento - evolução dos sectores industriais não ITVC na evolução global da indústria em montante de VAB, FBCF, emprego - nº de acções de formação para empresários - nº projectos desenvolvidos conjuntamente por estas entidades - nº de empresas e empregos criados - evolução da área ocupada por escritórios e serviços - evolução dos serviços prestados pelas instituições de interface Universidade/empresas sediadas no Ave - nº alunos do ensino médio e superior por 100 pessoas em idade escolar - nº de quadros médios e superiores diplomados por 100 em idade escolar - nº de quadros médios e superiores admitidos por nº de empregos criados - efectos de formação sobre o desempenho de tarefas profissionais (nº erros, produtividade, assiduidade, iniciativa, realização de novas tarefas e de tarefas mais complexas)
	IV	Melhorar as condições instrumentais de concertação	Adm. Local, Adm. Central, Privados	
	I.1	Empresas do Sector Têxtil e Vestuário reestruturadas e modernizadas	Privados, Adm. Central	
	1.2	Estrutura produtiva local diversificada	Privados, Adm. Central	
	1.3	Informação estratégica e formação para empresários e quadros superiores	Privados	
	1.4	Rede de instituições de apoio técnico e tecnológico articulada e reforçada	Adm. Local, Adm. Central, Privados	
	1.5	Capacidade de oferta de serviços às empresas reforçada	Privados	
	1.6	Capacidade de produção e integração nas empresas de quadros médios e superiores melhorada e acrescida	Adm. Central, Privados	
	1.7	Formação mais eficaz dirigida à qualificação e reconversão de activos	Adm. Central, Privados	

RESULTADOS

I.9. Rede viária principal e complementar nacional do Vale do Ave e de ligação ao exterior construída e renovada	Adm. Cental	• nº de kms de autoestrada e vias rápidas construídas por 1000 km2
II.1. Rede de equipamentos estruturada supramunicipalmente	Municípios, Adm. Cental	• nº de estudos sobre redes de equipamentos desenvolvidos conjuntamente pelos municípios • nº de projectos de equipamentos implementados conjuntamente, numa lógica de rede
II.2. Rede viária complementar nacional interior ao Vale do Ave e ligação ao exterior construída e renovada	Adm. Cental, Adm. local	• nº kms construídos e renovados
II.3. Rede viária secundária de interesse intermunicipal ampliada e melhorada	Adm. Cental, ANAVE	• nº kms construídos e renovados
II.4. Estudos estratégicos sobre o sector dos transportes elaborados	Adm. local, Adm. Cental, Privados	• nº estudos sobre o sector dos transportes elaborados
II.5. Centros urbanos valorizados e articulados	Privados	• área desportiva útil por habitante • despesas anualmente afectas à cultura pelos municípios, por habitante
II.6. Base produtiva dos municípios desvalorizada, robustecida e criação de novos empregos	Adm. local, Adm. Cental	• emprego criado nos municípios de montante • nº de iniciativas económicas nos municípios de montante
III.1. Disparidades intermunicipais em matéria de equipamentos básicos nos domínios do ensino, saúde, cultura e desporto diminuídas	Adm. local, Adm. Cental	• taxa de escolarização da população em idade escolar • nº habitantes por instalação desportiva • área desportiva útil por habitante • despesas anualmente afectas à cultura pelos municípios por habitante • nº de camas em hospitais por habitante • nº de médicos por habitante
III.2. Condições urbanas e habitacionais do Vale do Ave melhoradas	Adm. local, Adm. Cental	• evolução nº famílias a habitar em condições degradadas • nº locais construídos de habitação "apoiada" (social, cooperativas e CDH's) • nº de fogos reabilitados • nº de lares municipais para apoio à autoconstrução • evolução dos preços e rendas de habitação e dos preços de terrenos para habitação
III.3. Nível de atendimento e de qualidade do serviço de distribuição de água acrescido	Municípios do Ave	• nº de kms construídos de redes • % da população servida por redes públicas de água • nº de situações de ruptura de abastecimento verificadas
III.4. Nível de atendimento e qualidade do serviço de drenagem de águas residuais incrementado	Municípios do Ave	• nº de kms de rede construídos • % da população servida por redes públicas de saneamentos • nº de situações de ruptura verificadas
III.5. Nível de serviços de recolha e tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos melhorado	Municípios do Ave	• área e população coberta por recolha R S U • % de resíduos sólidos tratados / resíduos sólidos produzidos
III.6. Recursos naturais e ambientais protegidos e valorizados	Municípios do Ave	• km2 de zonas protegidas e valorizadas
IV.1. ANAVE técnica e institucionalmente reforçada para assegurar nomeadamente, as funções de planeamento estratégico, gestão dos programas de apoio ao investimento municipal, cultura, formação para a administração local	Municípios do Ave	• nº técnicos superiores em exercício de funções • redes intermunicipais em que participa • participação em instituições locais vocacionadas para o desenvolvimento
IV.2. Gestão da rede viária secundária interna ao Vale do Ave assegurada eficazmente	ANAVE, Adm. Cental	• criação da "Agência de Estradas"
IV.3. Gestão empresarial dos serviços de saneamento básico assegurada supramunicipalmente	ANAVE, Municípios, Privados	• criação de empresa privada de âmbito supramunicipal
IV.4. Políticas locais em matéria de desenvolvimento de recursos humanos concebidas e coordenadas	ANAVE, Adm. Cental, Privados	• criação e funcionamento do GADERHA
IV.5. Promoção económica do Vale do Ave assegurada através da criação de organização empresarial própria	ANAVE, Privados	• criação e funcionamento da Agência para a Promoção Económica do Vale do Ave
IV.6. Capacidade de intervenção acrescida em matéria de desenvolvimento local	ANAVE, Privados	• Criação e funcionamento da Agência de Desenvolvimento Local

